

2022

RELATÓRIO & CONTAS

Económico Fundos de Pensões

Sociedade Gestora de Fundos de
Pensões, S.A.

Relatório e Contas

Dezembro de 2022

Índice

| | |
|---|----|
| 1. Enquadramento Macroeconómico | 4 |
| 1.1 Economia Mundial..... | 4 |
| 1.2 Economia Nacional | 6 |
| 1.2.1 Preço e Produção Petrolífera | 7 |
| 1.2.2 Balança Comercial | 8 |
| 1.2.3 Inflação | 8 |
| 1.2.4. Mercado Cambial..... | 9 |
| 1.2.5. Dívida Pública | 10 |
| 1.2.6. Mercado Secundário de Dívida..... | 11 |
| 2. Actividade Desenvolvida | 13 |
| 2.1. Missão..... | 13 |
| 2.2. Histórico | 13 |
| 2.3. Fundos de Pensões sob Gestão | 14 |
| 2.4. Accionistas..... | 15 |
| 3. Modelo de Governação | 17 |
| 3.1 Estrutura Orgânica..... | 17 |
| 3.2 Órgãos Sociais | 18 |
| 4. Demonstrações Financeiras | 20 |
| 4.1 Balanços em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 | 20 |
| 4.2 Demonstrações dos resultados em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 | 21 |
| 4.3 Demonstrações de fluxo de caixa em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 | 22 |
| 5. Notas anexas às Demonstrações Financeiras | 23 |
| 5.1 Nota Introdutória..... | 23 |
| 5.2 Resumo das principais políticas contabilísticas | 24 |
| 5.2.1 Bases de apresentação das demonstrações financeiras | 24 |
| 5.2.2 Critérios de reconhecimento e bases de valorimetria específica..... | 25 |
| 5.2.3 Principais estimativas na aplicação das políticas contabilísticas | 34 |
| Notas aos Balanços | 35 |
| Notas às Demonstrações de Resultados | 45 |
| 6. Aprovação do Conselho de Administração | 56 |
| 7. Relatório do Auditor Externo..... | 59 |
| 8. Parecer do Conselho Fiscal | 60 |



ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

1. Enquadramento Macroeconómico

1.1. Economia Mundial

No decorrer do ano de 2022 assistiu-se a uma recuperação significativa das perdas acumuladas em 2021, não obstante, a guerra na Ucrânia foi o terceiro choque assimétrico, designado pelos economistas a nível mundial, que a União Europeia viveu nas últimas duas décadas, após a crise financeira e económica de 2008 e a subsequente crise da área do euro e a pandemia de COVID-19. A guerra na Ucrânia está, de facto, a ter um impacto muito maior nos países à sua volta devido ao afluxo de refugiados e à sua forte dependência do gás russo, um aumento generalizado dos alimentos devido ao cereais não saírem da Ucrânia e Rússia, o que provocou uma inflação de níveis inesperados nas economias mais desenvolvidas.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu em baixa as suas expectativas de crescimento global para o ano de 2022 e o ano de 2023 em 0,4 p.p e 0,7 p.p., respectivamente, ficando em 3,2% em 2022 e 2,9% para 2023.

Estes níveis de inflação elevados a nível mundial desencadearam aumentos das taxas de juro de referência por parte da maioria

dos bancos centrais, enfrentando as economias mais avançadas o risco de recessão.

Embora os dados de 2022 já demonstrem uma contracção do PIB nos EUA e uma desaceleração do crescimento económico na China, contudo é expectável que estas economias não entrem em recessão em 2023. Em relação às economias da Zona Euro e do Reino Unido terão provavelmente um crescimento negativo do PIB em 2023.

| País | Previsões Económicas | | PIB | | Inflação | |
|-------------|----------------------|------|------|------|----------|------|
| | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 |
| EUA | 1,9 | 1,0 | 8,2 | 4,0 | | |
| Zona Euro | 2,2 | -0,5 | 7,9 | 3,0 | | |
| Japão | 1,5 | 1,0 | 1,7 | 1,5 | | |
| Reino Unido | 2,8 | -1,0 | 9,5 | 5,5 | | |
| China | 4,0 | 5,2 | 2,3 | 1,3 | | |

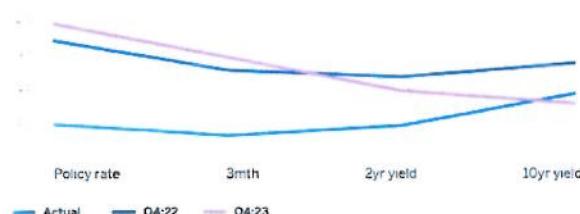
Nos EUA, apesar das taxas de juro de referências serem mais elevadas do que na Europa, a economia permanece suficientemente robusta para evitar uma recessão, contudo desacelerou o seu crescimento para 1,9% em 2022, contra um crescimento de 5,7% em 2021 e prevê desacelerar mais para 1% em 2023.

Os dados preliminares do 1º semestre de 2022 demonstraram uma contracção do PIB nos EUA e uma desaceleração do crescimento económico na China. É expectável que estas economias não entrem em recessão em 2023. Em relação às economias da zona Euro e do Reino Unido terão provavelmente o crescimento do seu PIB negativo em 2023.



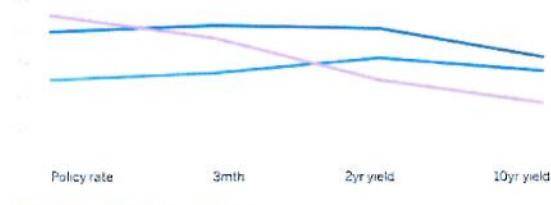
A taxa de desemprego dos EUA atingiu um mínimo de meio século a 3,5% y/y em Julho, o que provavelmente levará a Reserva Federal dos EUA a aumentar a taxa de juro de referência em 75 pp.

Provisões de Taxas de Juro – Euro (%)



É provável que a inflação permaneça acima do objectivo de 2% y/y tanto nos EUA como na Europa, uma vez que os desequilíbrios globais na procura e na oferta mantêm os preços da energia e dos alimentos em níveis elevados.

Provisões de Taxas de Juro – E.U.A. (%)

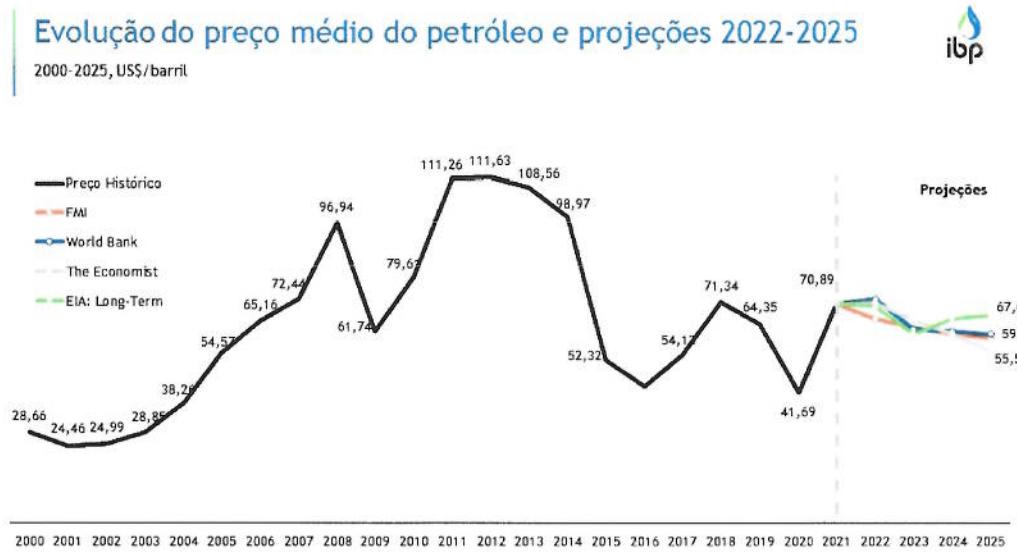


Com o aumento das taxas de juro de referência pela FED é previsível que a estabilidade registada nos últimos meses nas taxas de câmbio USD/EUR dê lugar a um USD mais forte pois pode haver lugar a uma procura de activos mais seguros como o dólar.

| Taxas de Câmbio | Actual | 1 mês | 3 meses | 6 meses | 1 ano |
|-----------------|----------|--------|---------|----------|---------|
| EURO/USD | forecast | 1,0587 | 1,0243 | 0,9596 | 0,9596 |
| | forward | - | 1,0683 | 1,0683 | 1,1456 |
| USD/JPY | forecast | 136,71 | 135,455 | 134,3125 | 131,813 |
| | forward | - | 137,778 | 150,144 | 150,144 |
| GDP/USD | forecast | 1,214 | 1,1825 | 1,0688 | 1,0688 |
| | forward | - | 1,2423 | 1,2423 | 1,3707 |
| USD/CNY | forecast | 6,97 | 6,939 | 7 | 6,80 |
| | forward | - | 7,066 | 6,73 | 6,71 |

1.1.1 Mercado Petrolífero

Em relação ao preço do petróleo em 2022, estima-se que o valor médio tenha sido de USD 83,3/bbl o que representa uma diminuição face a 2021, justificado pelo declínio do crescimento global que se irá reflectir na oferta e na procura no mercado petrolífero.



Atualização - Março 2022

Fonte: Elaboração IBP com dados de US EIA (preço histórico), World Bank (Outubro 2021), US EIA (Março 2022), FMI (Outubro 2021), The Economist (Setembro 2021)

1.2 Economia Nacional

O crescimento da economia angolana acelerou em 2022. As contas nacionais publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), revelam que até ao segundo trimestre de 2022, a economia acumulou um crescimento real do PIB de 3,2%.

No âmbito do Orçamento Geral do Estado 2022 (OGE 2022), o Governo Angolano previu uma taxa de crescimento real do PIB global de 2,4%, como resultado do crescimento esperado de 1,6% do PIB petrolífero, depois da sua evolução negativa nos últimos anos, e do PIB não petrolífero na ordem dos 3,2%.

Para 2023, perspectiva-se um reforço no processo de recuperação da economia angolana, com um crescimento real do PIB de 3,30%, face ao crescimento de 2,7% prognosticado para 2022, sendo que este crescimento antecipado para 2023 é justificado pelas expectativas de aumento da produção petrolífera e gás na ordem dos 2,98% (sem gás, 2,8%) e do sector não petrolífero a uma taxa de 3,42%.

Essas projecções económicas para 2023 foram preparadas na base de um preço médio do barril do petróleo de USD 75,00 e uma produção petrolífera média diária de 1,18 milhão de bbls, o que é discriminado na tabela abaixo, sendo que a inflação projectada pelo Executivo se fixa em 11,1%.

| Variáveis Macroeconómicas | 2020 | 2021 | OGE 2022 | OGE 2023 |
|------------------------------------|---------|---------|----------|----------|
| Inflação Nacional (%) | 25,1 | 27,0 | 18,0 | 11,1 |
| Produção Petrolífera (mil Bbl)/dia | 1 271,0 | 1 124,5 | 1 147,9 | 1 180,0 |
| Produção Petrolífera (MBbl) | 463,9 | 410,4 | 419,0 | 430,7 |
| Preço Médio do Petróleo (USD/Bbl) | 41,3 | 71,2 | 59,0 | 75,0 |
| Produção de Gás Anual (Mil BOEPD) | 116,0 | 128,9 | 134,2 | 137,0 |

Fonte: Ministérios da Economia e Planeamento, Finanças e dos Recursos Mineiros, Petróleos e Gás.

1.2.1 Preço e Produção Petrolífera

O preço médio do Brent situou-se nos 99,04 USD/barril em 2022, um crescimento acima de 40% face ao período homólogo. Nos EUA, o WTI fechou o ano com uma média de 93,81 USD/barril, mais 38% face a 2021.

Não obstante aos altos preços verificados ao longo do ano, registou-se um aligeiramento ao longo do segundo semestre, tendo o Brent recuado para níveis da pré-invasão à Ucrânia, explicado, essencialmente, pelas incertezas com o aumento da procura chinesa quando se indicou para o fim da política COVID zero, o aumento dos receios de recessão global e o aumento da oferta de petróleo pelos países da OCDE, em particular com a utilização das reservas estratégicas dos EUA para aumentar a oferta no mercado.

Os factores acima identificados representam igualmente os principais riscos para o preço do crude nos próximos tempos, contudo, o consenso da *Focus Economics* de Outubro projecta um preço médio de 91,82 dólares por barril no final de 2023.

As actuais projecções para a manutenção dos preços perto do intervalo 80-90 dólares têm por base factores como: (i) crescimento de tensões geopolíticas em diversas geografias; (ii) existência de riscos meteorológicos que podem resultar em possíveis interrupções de produção e o (iii) ajustamento da oferta pela OPEP de forma a sustentar preços elevados. Não obstante os factores referidos, um dos pontos-chave para 2023 será perceber os impactos finais das recentes medidas da União Europeia ao petróleo russo. Em particular, a estipulação de um tecto ao preço do petróleo russo e o embargo à importação de produtos petrolíferos refinados oriundos da Rússia.

Fonte: OPEP

1.2.2 Balança Comercial

A conjuntura internacional de alta de preços das matérias primas e produtos alimentares tem sido apontada pelos especialistas que terão repercussão a longo prazo: a duração, o repositionamento do tabuleiro geopolítico, a crise energética, a figura de unidade da Ucrânia - Volodymyr Zelensky, as sanções a Putin e à Rússia, os refugiados e o impedimento de navios cargueiros ucranianos exportarem toneladas de grãos de cereais.

Apesar deste cenário cinzento, as contas publicadas pelo INE, revelam que até ao segundo Trimestre de 2022, a economia angolana acumulou um crescimento do PIB de 3,2%, comparativamente a 2021 que já vinha sendo positivo.



A consultora *Fitch Solutions* reviu a 26/06/2022, em ligeira baixa, a previsão de crescimento da economia angolana, de 3,8 para 3,5 % em 2022, acima das projecções do Governo, que estima uma expansão do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,7%.

Este crescimento é justificado pelo aumento da produção petrolífera na ordem dos 2 pp incluindo a produção do gás, bem como do crescimento do sector não petrolífero em 3,2 pp, impulsionado pelo crescimento ao nível dos sectores das “pescas e derivados” -10 pp, “extracção de diamantes, de minerais metálicos e de outros minerais” – 10 pp, “energia” – 8,3 pp, “transportes e armazenagem” – 8 pp, “indústria transformadora” – 5 pp, “agricultura” – 4,9 pp,, prevendo-se taxas positivas para os “serviços mercantis” – 2,2 pp, “outros serviços públicos administrativos” – 1,5 pp e “construção” – 0,4 pp.

1.2.3 Inflação

Com a retirada das restrições impostas pela pandemia de COVID-19 às actividades económicas e à circulação de pessoas e bens, as cadeias globais de abastecimento, que já se encontravam fragilizadas pela pandemia de COVID-19, sofreram pressões como resultado do aumento da procura de bens de consumo e de investimento, o que, por sua vez, impactou a evolução dos preços nos mercados das matérias-primas e de bens alimentares.

O agravamento da conjuntura internacional, tendo no centro das atenções o conflito militar Rússia-Ucrânia, veio acrescentar outros problemas como os constrangimentos no comércio alimentar e nos sectores energético, registando o mundo uma escalada de aumento dos preços das matérias-primas energéticas e não energéticas, alimentos e da energia (petróleo; gás natural e carvão) com ondas de transmissão sobre as economias nacionais, das quais Angola não foi uma excepção.

Como consequência de factores ligados a pandemia de COVID-19, a taxa de inflação em Angola voltou a agravar-se no ano de 2020, atingindo os 25,1%, em termos acumulados, contra os 16,9% registados no ano de 2019, situação que se viu ainda agravar-se no ano de 2021, onde a taxa de inflação acumulada atingiu os 27,03%.

Contrariamente ao que se tem verificado na maioria dos países, em Angola a inflação tem seguido uma trajectória nitidamente decrescente a partir de 2022. A taxa de inflação desceu no mês de Outubro para níveis abaixo do objectivo de 18% definido pelo Executivo para o ano de 2022, atingindo, os 16,68% em termos homólogos.

As expectativas para 2022 são de que a taxa de inflação venha a situar-se em 14,4%, isto é, 3,6 pontos percentuais abaixo da meta do Executivo de 18%.

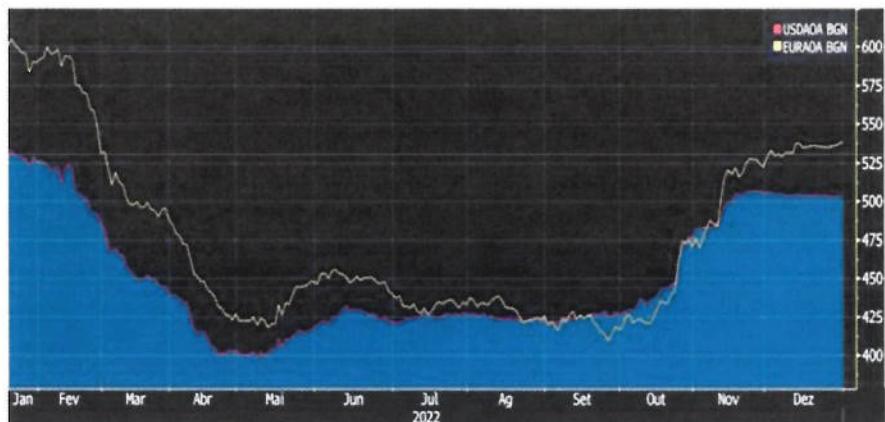
Fonte: Ministério das Finanças – Relatório de Fundamentação OGE2023

1.2.4. Mercado Cambial

Em 2022, a oferta de moeda estrangeira no mercado cambial registou um crescimento considerável, mantendo-se o Tesouro Nacional, as empresas do sector petrolífero e diamantífero como principais provedores.

No primeiro semestre, houve um excedente de oferta de divisas que chegou mesmo a levar o BNA a intervir no mercado numa operação de compra pontual. Porém, com a recente correcção do preço do petróleo, assistiu-se nos últimos meses do ano a uma tendência de depreciação. Em termos acumulados, em 2022, a taxa de câmbio média desceu 10% no par AOA/USD e 17% no par AOA/EUR.

A partir de Outubro, fruto de uma ligeira queda na oferta de moeda estrangeira no mercado, a taxa de câmbio inverteu a sua tendência de apreciação, tendo-se estabilizado em Novembro e mantido esta trajectória até ao final do ano, apresentando uma apreciação acumulada do Kwanza face ao Dólar norte-americano de 10,2%.



A taxa de câmbio do Kwanza em relação ao Euro apresentou um comportamento similar ao Dólar norte-americano, tendo fechado o ano com uma apreciação acumulada de 17% passando de EUR/AOA 629,0 em Dezembro de 2021 para EUR/AOA 537,4 em Dezembro de 2022.

Fonte: Relatório de Evolução do Mercado Cambial de 2022 – BNA.

1.2.5. Dívida Pública

No decurso de 2022, o país assistiu às revisões económicas periódicas da Moody's, Standards and Poor's (S&P) e Fitch, tendo a notação do risco da dívida soberana do governo de Angola alcançado os seguintes resultados:

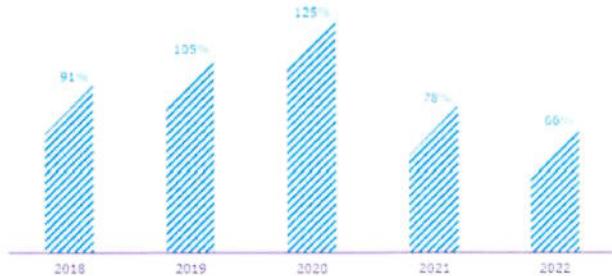
- Moody's reviu para cima o Outlook de Angola de "estável" para "positivo", mantendo a escala de notação de risco da dívida soberana de Angola em "B3";
- Fitch Ratings, no mês de Janeiro de 2022, melhorou a notação de risco soberano de Angola de "CCC" para "B-" e, no mês Julho, alterou de estável para positivo a nossa perspectiva;
- Standard and Poor's, no mês de Fevereiro de 2022, melhorou a notação do risco soberano de Angola de "CCC+" para "B- " e, no mês Agosto, manteve a perspectiva como estável.

Dados preliminares de Outubro revelam que a dívida governamental se reduziu em 11% face ao observado em 2021, passando de Kz 36 758,2 mil milhões, em Dezembro de 2021, para Kz 32 580, 9 mil milhões em Outubro de 2022. A apreciação cambial que se observou de Dezembro de 2021 a Outubro de 2022 afigura-se como o principal factor dessa redução, combinada com a gestão fiscal pautada no controle do défice primário não petrolífero.

A maior parte do stock da dívida mantém-se concentrada na dívida externa. No mês de Outubro, a dívida externa correspondia a 70% do total, ou ao equivalente a Kz 22 681 mil milhões, uma diminuição, em termos nominais de 12,2% face ao mês de Dezembro de 2021.

A dívida interna corresponde a aproximadamente 30% do total, ou Kz 9 899,8 mil milhões. As Obrigações do Tesouro congregam a maior parte da stock da dívida doméstica (Kz 9 613,4 mil milhões ou 95%), ao passo que os Bilhetes do Tesouro representam 3% da dívida interna, ou seja, 286,4 mil milhões e 2% correspondem a dívida interna contratual.

Stock da Dívida Pública (%)



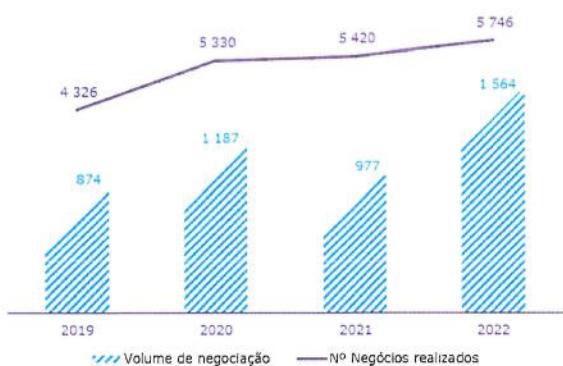
Fonte: Ministério das Finanças – Relatório de Execução Orçamental OGE2022

1.2.6. Mercado Secundário de Dívida

No Mercado de Bolsa de Títulos de Tesouro (MBTT), foram realizados 5 746 negócios o que representa um aumento de 6,01% face a 2021 e movimentado um total de 1 564 mM de Kwanzas, o que representa um aumento de 60,20% face ao período homólogo.

A CEVAMA, em 31 de Dezembro de 2022, apresentou um montante de títulos públicos em custódia de mais 3,1% face ao registado em 2021. Foram abertas mais 39 158 contas individualizadas, o que representa um aumento de 291% face ao período homólogo.

Volume de Negociação (mil milhões) vs Número de Negócios



Fonte: Bodiva – Relatório e Contas 2022



ACTIVIDADE
DESENVOLVIDA

2. Actividade Desenvolvida

2.1 Missão

A Económico Fundos de Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (doravante, “Económico SGFP” ou “Sociedade”) tem como principal missão contribuir para o *porvir* dos Participantes e Beneficiários dos Fundos de Pensões sob sua gestão, garantindo o seu direito a uma reforma condigna e benefícios futuros, através da gestão cuidada e eficiente das suas contribuições.

A actividade da Sociedade é complementar à da segurança social pública, oferecendo aos seus Associados, Participantes e Beneficiários, a possibilidade de constituição de patrimónios autónomos (Fundos de Pensões) que garantam, no futuro, o direito inalienável da pessoa humana a uma pensão de reforma condigna, no culminar da sua vida activa e da sua carreira contributiva para a sociedade.

A Económico SGFP tem também como missão contribuir para o progresso das empresas, potenciando a valorização dos seus colaboradores e fomentar o desenvolvimento económico e social do País, em estrito respeito pelas regras de ética e deontologia profissional.

2.2. Histórico

A Económico SGFP é uma instituição financeira não bancária, autorizada para o exercício das suas funções pelo Ministério das Finanças da República de Angola (MINFIN), através do Despacho n.º 419-A/09, de 29 de Setembro de 2009, tendo como objecto social a gestão de Fundos de Pensões de acordo com as normas que regulam esta actividade, podendo no seu prosseguimento praticar todos os actos que não lhe sejam vedados por legislação aplicável. A Sociedade encontra-se registada junto da Autoridade Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros (“ARSEG”), desde 2 de Março de 2009, sob o nº 56143.

A Económico SGFP iniciou a sua actividade em Abril de 2009 – com a denominação de “BESACTIF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A” - por duração indeterminada, tendo a sua sede na Rua Marechal Brós Tito, nº 35/37, 5º andar, fracção C, Edifício Escom, Ingombota, em Luanda, Angola.

No âmbito das deliberações da Assembleia Geral de 15 de Julho de 2015, a Sociedade alterou a sua denominação social para a actual, publicada em DR de 23 de Fevereiro de 2017.

2.3. Fundos de Pensões sob Gestão

Em 31 de Dezembro de 2022, a Sociedade geria cinco Fundos de Pensões, sendo dois abertos e três fechados:

| Fundos de Pensões | Data de constituição | Data de Transferência | Tipo de Plano | Plano de Pensões |
|--|----------------------|-----------------------|---------------|----------------------|
| Fundo Pensoes 1-5-10 por dia | 27/07/2001 | 01/12/2013 | Aberto | Contribuição Definda |
| Fundo de Pensões dos Trabalhadores do Ministerio dos Petroleos | 03/01/2003 | 01/04/2014 | Fechado | Benefício Definido |
| Fundo de Pensões dos Trabalhadores da UNITEL | 01/02/2007 | 01/02/2014 | Fechado | Contribuição Definda |
| Fundo de Pensões dos Trabalhadores da ENE, EP | 21/05/2008 | 01/02/2014 | Fechado | Benefício Definido |
| Fundo de Pensões BESA Opções Reforma | 01/02/2010 | - | Aberto | Contribuição Definda |

Apesar da legislação sobre os Fundos de Pensões ter sido criada, em Angola, há quase duas décadas, com a publicação do Regulamento dos Fundos de Pensões (Decreto nº 25/98 de 7 de Agosto), não tem sido fácil a implementação da segurança social privada. Em 2022, apesar do crescimento da actividade económica, o sector dos Fundos de Pensões conheceu dificuldades nas novas adesões aos Fundos - ao nível empresarial e individual - e também, nos constrangimentos e atrasos das empresas Associadas, na realização das suas contribuições.

Apesar disso, a Económico SGFP manteve a sua evolução positiva e o crescimento sustentado da sua actividade, em colaboração com os seus Accionistas, o seu Regulador (ARSEG) e outros stakeholders, consolidando a sua presença no mercado.

De realçar o aumento dos valores dos Fundos sob gestão da Sociedade que ascenderam, em Dezembro 2022, a AOA 28,211 mil milhões, o que compara com AOA 24,392 mil milhões em 2021 (aumento de 16%).

Valor dos Fundos em Gestão

| Fundos de Pensões | Valores expressos em milhares de Kwanzas | | | | |
|--|--|------------|------------|-----------------------|-----------------------|
| | 2022 | 2021 | 2020 | Var. (%) 2022-2021 | CAGR ²²⁻²⁰ |
| Fundo de Pensões dos trabalhadores da Unitel | 18 486 058 | 15 024 410 | 11 547 903 | 23% | 27% |
| Fundo de pensões Besa Opções Reforma | 4 553 482 | 3 944 585 | 3 418 384 | 15% | 15% |
| Fundo de Pensões dos trabalhadores ENE, EP | 2 827 847 | 3 026 655 | 4 294 541 | -7% | -19% |
| Fundo de Pensões dos trabalhadores do Ministério dos Petróleos | 2 161 360 | 2 245 316 | 2 601 401 | -4% | -9% |
| Fundo de Pensões 1-5-10 Por dia | 182 724 | 151 195 | 151 868 | 21% | 10% |
| Total | 28 211 471 | 24 392 161 | 22 014 097 | 16% | 13% |

Fonte: Económico SGFP

Se analisarmos a evolução do último biénio (2022/20) verificamos um crescimento médio anual de 13% dos fundos sob gestão, revelador da forte dinâmica comercial e financeira da Económico, SGFP numa conjuntura particularmente desafiante, como foram os últimos dois anos.

Verifica-se um aumento no património dos Fundos, quer no Fundo de Pensões dos Trabalhadores da UNITEL, quer no Fundo de Pensões Besa Opções Reforma que cresceram respectivamente, 23% e 15%.

Verificou-se um aumento de receitas em 2022 na ordem dos 11%. A redução das receitas no exercício de 2021 deveu-se à incidência dos impostos que não tinham sido evidenciados na carteira nos anos anteriores. Contudo, a Económico SGFP tem conseguido uma evolução bastante positiva das suas receitas, tendo atingido 405 803 milhares de Kwanzas em 2022.

Valor das Comissões de Gestão

| Fundos de Pensões | Valores expressos em milhares de Kwanzas | | | | |
|--|--|---------|---------|-----------------------|-----------------------|
| | 2022 | 2021 | 2020 | Var. (%) 2022-2021 | CAGR ²²⁻²⁰ |
| Fundo de Pensões dos trabalhadores da Unitel | 186 728 | 155 760 | 149 146 | 20% | 12% |
| Fundo de pensões Besa Opções Reforma | 116 763 | 101 149 | 97 628 | 15% | 9% |
| Fundo de Pensões dos trabalhadores ENE, EP | 82 958 | 88 790 | 146 298 | -7% | -25% |
| Fundo de Pensões dos trabalhadores do Ministério dos Petróleos | 15 236 | 15 828 | 22 328 | -4% | -17% |
| Fundo de Pensões 1-5-10 Por dia | 4 117 | 4 159 | 4 147 | -1% | 0% |
| Total | 405 803 | 365 686 | 419 547 | 11% | -2% |

Fonte: Económico SGFP

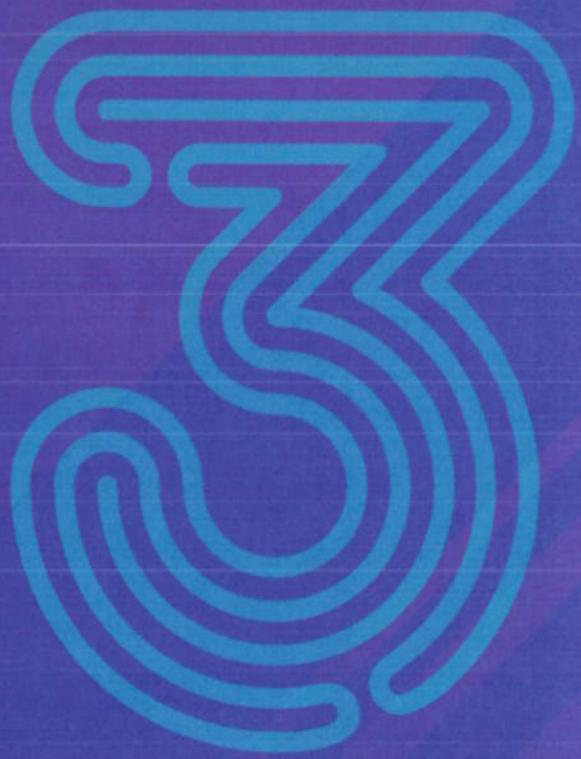
Em termos de novas adesões, destaca-se o Fundo do MINPET seguido do Fundo UNITEL, compensando a redução nos restantes Fundos, particularmente no Fundo do ENE. Esta evolução reflecte o perfil da população activa dos respectivos Associados: o Fundo MINPET com uma população estabilizada, mas que cresceu por via da agregação de dois Ministérios (Petróleos e Geologia e Minas que deram origem ao Ministério de Recursos Minerais e Petróleos); o FP UNITEL uma população jovem e ainda em crescimento; e o FP ENE com o maior crescimento de Beneficiários, à medida que os Participantes atingem a idade de reforma.

2.4. Accionistas

Da sua estrutura accionista fazem parte o Banco Económico, S.A. ("BE") e a GNB – Gestão de Activos, SGPS, S.A. ("GNB"), do Grupo NOVO BANCO, com sede em Angola e Portugal, respectivamente.

EFP SGFP - Estrutura Accionista em 31 Dezembro 2022

| Accionistas | Valores expressos em Kwanzas | | |
|------------------------------------|------------------------------|----------------------|-------------|
| | Nº de Acções | Valor Nominal | % |
| Banco Económico, S.A. | 9 600 | 960 000 000 | 96% |
| GNB – Gestão de Activos, SGPS, S.A | 370 | 37 000 000 | 3,7% |
| Accionistas singulares (#3) | 30 | 3 000 000 | 0,3% |
| TOTAL | 10 000 | 1 000 000 000 | 100% |



MODELO DE GOVERNAÇÃO

3. Modelo de Governação

3.1 Estrutura Orgânica

Em 31 de Dezembro de 2022 o Organograma da Sociedade era o seguinte:



3.2. Órgãos Sociais

Nos termos estatutários são órgãos sociais da Económico SGFP, a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal os quais apresentam, em 31 de Dezembro de 2022, a seguinte composição:

Mesa da Assembleia Geral

- | | |
|-------------------------|------------|
| ➤ Denise Nair Henriques | Presidente |
| ➤ Emílio Raul | Secretário |

Conselho de Administração

- | | |
|---------------------------------------|-----------------------------|
| ➤ Desidério Albano César | Presidente Não Executivo |
| ➤ António Gaspar Cosme | Administrador Não Executivo |
| ➤ Maria Alexandra Dias Fernandes Lino | Administradora Executiva |

Conselho Fiscal

- | | |
|--|------------|
| ➤ João Manuel António | Presidente |
| ➤ Ivandra Celma Silva Teixeira* | Vogal |
| ➤ Teresa Gisela Cardoso Caculo Kussoca | Vogal |

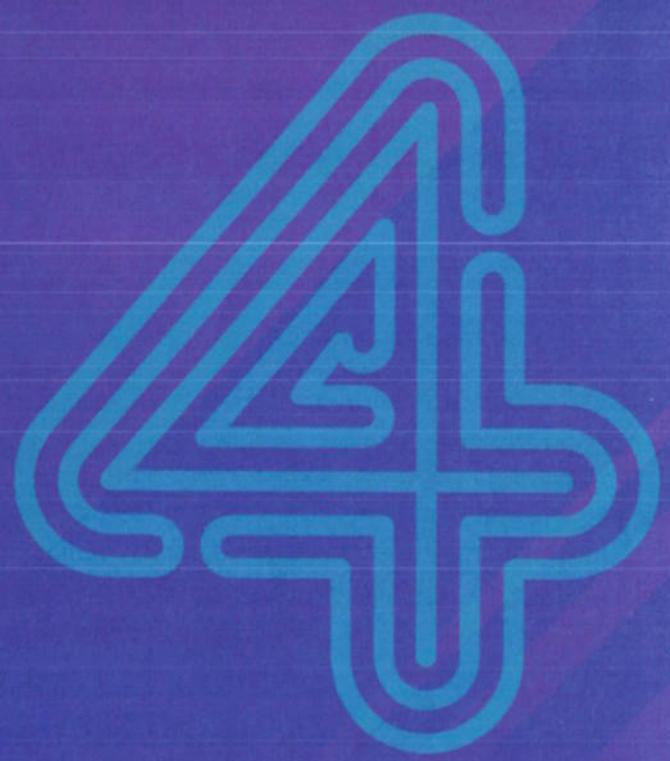
* Mandato interrompido por conflito de interesses supervenientes e substituída em Abril 2023 por Clotilde de Jesus Moreira.

Comissão de Remunerações

- | | |
|-----------------------------------|------------|
| ➤ Elisa de Jesus Francês Baptista | Presidente |
| ➤ Nádia Gizela Batalha de Matos | Vogal |
| ➤ Anna Karina Martins Ribeiro | Vogal |

Auditor Externo

O auditor externo da Sociedade Gestora é a C&S- Assurance and Advisory, desde 2022.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4. Demonstrações Financeiras

4.1 Balanços em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

| | Notas | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|-------|------------------|------------------|
| Valores expressos em milhares de Kwanzas | | | |
| ACTIVO | | | |
| Activos não correntes | | | |
| Imobilizações corpóreas | 4 | 18 510 | 36 089 |
| Outros activos financeiros | 7 | 834 928 | 1 071 942 |
| Total do Activos não corrente | | 853 438 | 1 108 031 |
| Activos correntes | | | |
| Contas a Receber | 9 | 55 880 | 45 247 |
| Disponibilidades | 10 | 609 259 | 271 822 |
| Outros activos correntes | 11 | 331 677 | 131 231 |
| Total do Activos corrente | | 996 816 | 448 300 |
| Total do Activo | | 1 850 254 | 1 556 331 |
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | | |
| Capital Próprio | | | |
| Capital | 12 | 1 000 000 | 1 000 000 |
| Reservas Legal | 13 | 24 090 | 24 090 |
| Resultados transitados | 14 | 206 901 | 31 254 |
| Resultados do exercício | | 405 178 | 275 940 |
| Total Capital Próprio | | 1 636 169 | 1 331 284 |
| PASSIVO | | | |
| Passivo não corrente | | | |
| Impostos diferidos | 16 | 6 431 | 6 431 |
| Provisões para outros riscos e encargos | 18 | 14 085 | 14 085 |
| Total do passivo não corrente | | 20 516 | 20 516 |
| Passivo corrente | | | |
| Contas a pagar | 19 | 115 466 | 122 418 |
| Outros passivos correntes | 21 | 78 102 | 82 113 |
| Total do passivo corrente | | 193 568 | 204 531 |
| Total do Passivo | | 214 084 | 225 047 |
| Total do Capital Próprio e do Passivo | | 1 850 253 | 1 556 331 |

As notas anexas fazem parte integral destas demonstrações financeiras

Aljeysvalves 20151462

O Contabilista

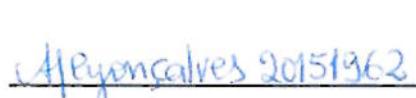


O Conselho de Administração

4.2 Demonstrações dos resultados em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

| | Valores expressos em milhares de Kwanzas | Notas | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|--|-------|-------------|-------------|
| Outros proveitos operacionais | 24 | | 405 803 | 365 686 |
| Custos com o pessoal | 28 | | (119 967) | (120 804) |
| Amortizações | 29 | | (17 579) | (17 579) |
| Outros custos e perdas operacionais | 30 | | (198 188) | (184 329) |
| Resultados operacionais | | | 70 069 | 42 974 |
| Resultados financeiros | 31 | | 220 682 | 212 628 |
| Resultados não operacionais | 33 | | 180 003 | - |
| Resultado antes de impostos | | | 470 754 | 255 602 |
| Imposto sobre o rendimento do exercício, do qual: | | | | |
| Imposto corrente | 35 | | (65 576) | (52 296) |
| Imposto diferido | 35 | | - | 23 879 |
| Resultados líquidos das actividades correntes | | | 405 178 | 227 185 |
| Resultados extraordinários | 34 | | - | 48 755 |
| Resultados líquido do exercício | | | 405 178 | 275 940 |

As notas anexas fazem parte integral destas demonstrações financeiras



O Contabilista



O Conselho de Administração

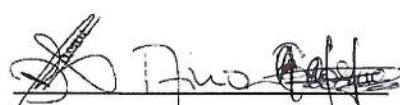
4.3 Demonstrações de fluxo de caixa em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

| Descrição | Valores expressos em milhares de Kwanza | |
|--|---|-----------------|
| | 2022 | 2021 |
| Fluxo de caixa das actividades operacionais: | | |
| Recebimentos (de caixa) de clientes | 302 589 | 513 626 |
| Pagamentos (de caixa) a fornecedores e empregados | (282 787) | (322 175) |
| Pagamentos (de caixa) ao estado | (71 215) | (58 984) |
| Recebimentos de proveitos inerentes a outros rendimentos operacionais | | |
| Aplicações a prazo - constituição | - | (140 000) |
| Aplicações a prazo - vencimento | 300 000 | 140 000 |
| Recebimentos de juros de aplicações a prazo | 22 443 | 13 821 |
| Caixa gerada pelas operações | 271 030 | 146 288 |
| Juros pagos e outras despesas similares | | |
| Encargos financeiros | (12 375) | (4 006) |
| Impostos s/os lucros pagos | - | - |
| Caixa líquida proveniente das actividades operacionais | 258 655 | 142 283 |
| Fluxo de caixa das actividades de investimento | | |
| Recebimentos provenientes de: | | |
| Juros obtidos | 78 782 | 130 673 |
| Pagamentos respeitantes a: | | |
| Imobilizações corpóreas | - | (9 100) |
| Imobilizações incorpóreas | - | - |
| Investimentos financeiros | - | (149 663) |
| Caixa líquida usada nas actividades de investimento | 78 782 | (28 090) |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | 131 822 | 17 629 |
| Aumento líquido de caixa e seus equivalentes | 337 437 | 114 193 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período (Nota 10) | 469 259 | 131 822 |

As notas anexas fazem parte integral destas demonstrações financeiras

Até ao final de 2015/1962

O Contabilista



O Conselho de Administração



NOTAS ANEXAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

5. Notas anexas às Demonstrações Financeiras

5.1 Nota Introdutória

A Económico Fundos de Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (adiante designada por “Económico SGFP” ou “Sociedade”), é uma instituição financeira não bancária, autorizada para o exercício das suas funções pelo Ministério das Finanças da República de Angola, através do Despacho n.º 419-A/09, de 29 de Setembro de 2009, tendo como objecto social a gestão de fundos de pensões de acordo com a normas que regulam a actividade, podendo no seu prosseguimento, praticar todos os actos que não lhe sejam vedados por legislação aplicável.

A Sociedade encontra-se registada junto da Autoridade Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros (“ARSEG”), desde 2 de Março de 2009, sob o nº 56143.

A Económico SGFP iniciou a sua actividade em Abril de 2009, por duração indeterminada, tendo a sua sede na Rua Marechal Brós Tito, nº 35/37, 5º andar, fracção C, Edifício Escom, Ingombota, em Luanda, Angola.

Da sua estrutura accionista fazem parte o Banco Económico, S.A. (“BE”) e a GNB - Participações Internacionais, SGPS, S.A. (“GNB”), com sede em Angola e Portugal, respectivamente, conforme detalhado na Nota 6, sendo as suas Demonstrações Financeiras consolidadas pelo BE.

A 31 de Dezembro de 2022, a Sociedade geria um total de cinco Fundos de Pensões, com os valores das carteiras em gestão conforme a seguir se apresenta:

| Fundos de Pensões | Valores expressos em milhares de Kwanzas | |
|--|--|-------------------|
| | Data de constituição | 2022 |
| Fundo de Pensões BESA Opções Reforma | 2010-02-01 | 4 553 482 |
| Fundo de Pensões dos Trabalhadores da ENE, EP | 2008-05-21 | 2 827 847 |
| Fundo de Pensões dos Trabalhadores da UNITEL | 2007-02-01 | 18 486 058 |
| Fundo de Pensões dos Trabalhadores do Ministerio dos Petroleos | 2003-01-03 | 2 161 360 |
| Fundo Pensoes 1-5-10 por dia | 2001-07-27 | 182 724 |
| Valor Total em Gestão | | 28 211 471 |

5.2 Resumo das principais políticas contabilísticas

5.2.1 Bases de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola, estabelecidos pelo Plano Geral de Contabilidade (PGC) aprovado pelo Decreto n.º 82/01, de 16 de Novembro e demais legislações complementares aplicáveis, adoptado pela Sociedade no exercício de 2021 (desde 1 de Janeiro de 2021). As políticas contabilísticas adoptadas pela Sociedade em 31 de Dezembro de 2022, não diferem das políticas adoptadas em 31 de Dezembro de 2021, exercício em que as contas foram preparadas com o normativo contabilístico Plano de Contas das Instituições Financeiras Ajustado (CONTIF Ajustado), sem alterações contabilísticas com impacto das demonstrações financeiras para o presente exercício.

As notas que se seguem respeitam à numeração sequencial definida no PGC, sendo que as notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

De acordo com o PGC, são de preparação obrigatória as seguintes componentes das demonstrações financeiras:

- O Balanço.
- A Demonstração de Resultados por natureza ou, em sua substituição, a Demonstração de Resultados por funções;
- A Demonstração de Fluxos de Caixa elaborada pelo método directo ou, em sua substituição, a Demonstração de Fluxos de Caixa elaborada pelo método indirecto;
- As Notas às Contas.

As demonstrações financeiras foram preparadas na base da continuidade e do acréscimo, respeitando as características da relevância e fiabilidade e em obediência aos princípios contabilísticos da consistência, materialidade, não compensação de saldos e comparabilidade. As quantias estão todas expressas em milhares de Kwanzas, arredondados para o milhar mais próximo, excepto quando expressamente indicado.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, da natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro, nomeadamente, o impacto que ainda se mantém do surto da pandemia do novo coronavírus (COVID-19).

Em resultado da avaliação efectuada, o Conselho de Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter a actividade, não havendo intenção de cessar a actividade no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

5.2.2 Critérios de reconhecimento e bases de valorimetria específica

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações corpóreas

Esta rubrica integra os imobilizados corpóreos, móveis e imóveis, que se destinam exclusivamente à utilização para a actividade operacional e não à comercialização, com carácter de permanência superior a um ano.

O imobilizado corpóreo encontra-se apresentado ao custo histórico, líquido das respectivas amortizações.

A base de medição usada para determinar a quantia bruta registada é o custo de aquisição que inclui todos os dispêndios directamente atribuíveis à aquisição para que o bem seja colocado no local e forma pretendida para laborar.

Os imobilizados corpóreos são reconhecidos de acordo com os critérios consignados no PGC e são capitalizados em função do benefício esperado independentemente do seu valor.

Os encargos com melhorias são incluídos no custo do activo desde que: (i) prolonguem a sua vida útil; (ii) aumentem a sua capacidade operativa; (iii) ou ainda se tiverem sido considerados no início da sua entrada em funcionamento como indispensáveis para reposição da capacidade produtiva ao longo da sua vida útil. Os restantes dispêndios que não cumpram a premissa descrita, tais como encargos com reparação e manutenção, são reconhecidos como custo no período em que ocorrem.

As amortizações dos imobilizados corpóreos são calculadas através do método das quotas constantes considerando a estimativa para a sua vida útil, as quais não diferem das taxas máximas fiscalmente aceites como custo de acordo com o disposto no Código do Imposto Industrial aprovado pela Lei n.º 26/20 de 20 de Julho e de acordo com o Decreto Presidencial n.º 207/15 sobre taxas de reintegrações e amortizações.

As vidas úteis médias estimadas para os activos são conforme segue:

| Descrição | Vida útil (anos) |
|--------------------------------|---------------------|
| Mobiliário | 4 a 5 |
| Material de transporte | 4 |
| Outras imobilizações corpóreas | 5 |

b) Imobilizações incorpóreas

O immobilizado incorpóreo encontra-se apresentado ao custo histórico de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis), líquido das respectivas amortizações (Nota 5).

A base de medição usada para determinar a quantia bruta registada é o custo de aquisição que inclui todos os dispêndios directamente atribuíveis à aquisição para que o bem seja colocado no local e forma pretendida para laborar.

As amortizações do immobilizado são calculadas através do método das quotas constantes considerando a estimativa para a sua vida útil, as quais não diferem das taxas máximas fiscalmente aceites como custo de acordo, com base na Portaria n.º 755/72, de 29 de Abril para os bens adquiridos até Dezembro de 2014, e de acordo com o Decreto Presidencial n.º 207/15, de 5 de Novembro, no seguimento do disposto no Código do Imposto Industrial em vigor.

As vidas úteis médias estimadas para os activos desta tipologia são conforme segue:

| Descrição | Vida útil (anos) |
|-----------------------------------|---------------------|
| Programa de computador (software) | 5 |

c) Contas a receber

As contas a receber são registadas ao seu valor nominal ou ao seu valor de realização, dos dois o mais baixo (Nota 9).

d) Contas a pagar

As contas a pagar são apresentadas ao custo histórico (Nota 19).

e) Caixa e seus equivalentes

As disponibilidades incluem: depósitos à ordem, depósitos a prazo, títulos negociáveis e outros depósitos. As disponibilidades em moeda estrangeira são actualizadas ao câmbio da data do relato.

f) Especialização dos exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os proveitos são considerados realizados quando: (i) nas transacções com terceiros, o pagamento for efectuado ou assumido firme compromisso de efectivá-lo; (ii) na extinção, parcial ou total de um activo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento simultâneo de um activo de valor igual ou maior; (iii) na geração natural de novos activos, independentemente da intervenção de terceiros; ou (iv) no recebimento efectivo de doações e subvenções.

Os custos, por sua vez, são considerados incorridos quando: (i) deixar de existir o correspondente valor activo, por transferência da sua propriedade para um terceiro; (ii) pela diminuição ou extinção do valor económico de um activo; ou (iii) pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente activo.

g) Comissão de gestão

A sociedade reconhece os seus proveitos com a comissão de gestão em função das modalidades predefinidas nos contratos de gestão dos fundos. As comissões incidem sobre o valor líquido global do fundo (excluindo o valor investido em participação de fundos de investimentos geridos pela entidade gestora ou por outras entidades em relação de domínios ou de grupo) antes de comissões e taxa de supervisão.

h) Contribuições a Agência Angolana de Regulação e Supervisão (ARSEG)

As sociedades gestoras de fundos de pensões autorizadas a exercer a actividade em Angola devem contribuir, em cada ano, para a Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros (ARSEG).

Durante o ano de 2022, com a entrada em vigor do Decreto Presidencial n.º 213/202 de 23 de Julho, passamos de uma contribuição de 0,25% sobre as contribuições dos Fundos para uma tabela com escalões aplicada sobre o total de activos dos Fundos, com ou sem contribuições.

A Sociedade Gestora, tem cumprido com o Decreto Presidencial, tendo pago anualmente o montante de acordo com a deposição da lei acima referida.

i) Títulos e valores mobiliários

Os títulos negociáveis existentes na carteira da Sociedade Gestora são reconhecidos ao custo históricos e mensurados mediante a valorização de mercado.

Em títulos negociáveis, encontram-se registados os títulos adquiridos com objectivo de aplicação de excedentes de tesouraria para obtenção de fluxos de caixa, bem como para poderem ser transaccionados (quando aplicável).

j) Saldos e transacções expressos em moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras da Sociedade são preparadas na divisa do ambiente económico em que opera ("moeda funcional"), sendo expressas em Kwanzas.

As transacções em moeda distinta da moeda funcional e os correspondentes proveitos e custos são registadas ao câmbio da data em que ocorrem. Em cada data de balanço, os activos e passivos expressos em moeda distinta da moeda funcional são convertidos à taxa de câmbio de fecho. As taxas de câmbio consideradas correspondem às taxas de câmbio médias publicadas pelo Banco Nacional de Angola ("BNA").

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, os câmbios de referência, do Kwanza face ao Dólar dos Estados Unidos (USD) e ao Euro (EUR) eram os seguintes:

| Moeda | 2022 | 2021 |
|-------|---------|---------|
| USD | 503,691 | 554,981 |
| EUR | 537,438 | 629,015 |

k) Benefícios a colaboradores

Os benefícios de curto prazo são reflectidos na rubrica "Custos com o Pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. É reconhecido um passivo pelo montante expectável a ser liquidado, se a Sociedade tiver uma obrigação presente, legal ou construtiva, de pagar este montante como resultado de um serviço prestado no passado pelo colaborador e essa obrigação possa ser fiavelmente estimada (Nota 28).

i. Remuneração variável paga aos colaboradores e administradores

A Sociedade pode atribuir remunerações variáveis aos seus colaboradores em resultado do seu desempenho (prémios de desempenho). Compete ao Conselho de Administração fixar os respectivos critérios de alocação a cada colaborador, sempre que a mesma seja atribuída. A remuneração variável atribuída aos colaboradores é registada por contrapartida de resultados do exercício a que dizem respeito.

ii. Provisão para subsídio de férias

A actual Lei Geral do Trabalho (Lei n.º 7/15, de 15 de Junho) determina que o montante de subsídio de férias a pagar aos trabalhadores em determinado exercício é um direito adquirido no ano imediatamente anterior. Consequentemente, a Sociedade releva contabilisticamente no exercício os valores relativos a subsídio de férias e as férias por gozar a pagar no ano seguinte.

iii. Fundo de Pensões

A Sociedade efectua contribuições anuais em nome dos seus colaboradores a título de complemento de reforma, para o Fundo "BESA Opções Reforma" (FP BOR) - Fundo privado, aberto e de contribuição definida gerido pela própria Sociedade Gestora. Não existem planos de benefício definido.

O valor das contribuições relativo ao ano de 2022 é apresentado no quadro seguinte:

| Fundos de Pensões | Valores expressos em milhares de Kwanzas | |
|--------------------------------------|--|----------------------|
| | Data de constituição | Contribuição em 2022 |
| Fundo de pensões Besa Opções Reforma | 01/02/2010 | 4 553 482 |

I) Provisões para outros riscos e encargos

São reconhecidas provisões para outros riscos e encargos sempre que se verifique a existência de uma obrigação legal ou construtiva, resultante de um acontecimento passado, seja provável que haja um fluxo de recurso para liquidação dessa obrigação e possa ser fiavelmente estimado. Sendo que estas provisões são revistas à data de relato e são ajustados de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

m) Regime fiscal

A Sociedade encontra-se sujeita aos seguintes impostos e contribuições numa base recorrente:

- Imposto sobre os rendimentos do Trabalho (IRT)

Este imposto é retido pela Sociedade sobre os ordenados dos seus trabalhadores dependentes e entregue ao Estado, de acordo com os escalões previstos na tabela do IRT, aprovada pela Lei n.º 28/20, de 22 de Julho, que altera o Código do Imposto sobre Rendimentos do trabalho, e que estabelece 13 escalões crescentes, com taxas até 25%. Adicionalmente, a Sociedade retém o IRT sobre os rendimentos pagos a prestadores de serviços individuais, à taxa efectiva de 6,5%, consoante os serviços em causa se encontram ou não, respectivamente, previstos na Lista de Serviços contemplada no Código do IRT em vigor no exercício de 2016.

- Segurança Social

Esta contribuição corresponde a 11% das remunerações dos empregados, sendo 3% da responsabilidade do empregado e 8% do empregador.

- Imposto Predial (IP)

O novo Código do Imposto Predial (CIP) foi aprovado pela Lei n.º 20/20, de 9 de Julho, que aprova o Código do Imposto Predial e revoga o Diploma Legislativo n.º 4044, de 13 de

Outubro de 1970, que aprova o Código do Imposto Predial Urbano, a Lei n.º 18/11, de 21 de Abril, e a Lei n.º 16/11, de 21 de Abril, e derroga todas as normas sobre tributação dos imóveis constantes do Diploma Legislativo n.º 230, de 21 de Maio de 1931, que aprova o Regulamento para a Liquidação e Cobrança do Imposto sobre as Sucessões e Doações e Sisa sobre a Transmissão de Imóveis a Título Oneroso.

No entanto, entre as diversas medidas presentes no novo diploma salienta-se as seguintes:

- O Imposto Predial incide sobre a propriedade ou sobre rendimentos de prédios urbanos, rústicos e terrenos para construção e sobre as transmissões gratuitas ou onerosas de imóveis;
 - A tributação de imóveis arrendados não pode ser inferior à que resultaria da tributação sobre o valor patrimonial de imóveis não arrendados;
 - A matéria colectável nos prédios rústicos corresponde ao valor patrimonial de AOA 10 397,00 por hectare;
 - A taxa do Imposto Predial incidente sobre prédios urbanos não arrendados é de 0,1% quando o valor patrimonial for inferior a AOA 5 000 000,00, terá um valor fixo de AOA 5 000,00 quando o valor patrimonial estiver entre de AOA 5 000 001,00 a AOA 6 000 000,00 e será de 0,5% quando o valor patrimonial for superior a AOA 6 000 000,00 sobre o excesso de AOO 5 000 000,00;
 - A taxa do imposto predial aplicável aos prédios arrendados é de 25% sobre o rendimento colectável (60% do valor das rendas);
 - A taxa do Imposto Predial aplicável à transmissão de imóveis é de 2%.
- Imposto Industrial

A Sociedade encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerada fiscalmente um contribuinte do Grupo A. A tributação dos seus rendimentos é efectuada nos termos do n.º 2 do Artigo 1.º do Código do Imposto Industrial aprovado pela Lei nº 26/20, de 20 de Julho, sendo a taxa de imposto aplicável de 25%, de acordo com o referido Código.

Nos termos do Código do Imposto Industrial é devida uma liquidação provisória deste imposto, a qual é efectuada mediante a aplicação de uma taxa de 2% sobre o volume total das vendas efectuadas pelo contribuinte nos primeiros seis meses do exercício. Uma vez que este pagamento é provisório, será deduzido à colecta final de Imposto Industrial, de acordo o artigo 66.º do Código do Imposto Industrial.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado exercício, conforme disposto no artigo 48.º do Código do Imposto Industrial podem ser deduzidos aos lucros tributáveis dos cinco anos posteriores.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, em eventuais correcções ao lucro tributável do exercício de 2021.

É de salientar ainda que o prazo pode ser alargado até 10 anos, caso o não pagamento de determinado tributo configure infracção tributária. No entanto, não é previsível que qualquer correcção relativa a estes exercícios venha a ocorrer e, caso ocorra, não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras.

Os rendimentos obtidos pela Sociedade, no âmbito do exercício normal da sua actividade, estão sujeitos a diversos impostos, consoante a sua natureza. Deste modo, a Sociedade é tributada pela totalidade dos lucros obtidos quer no país, quer no estrangeiro e o seu lucro tributável corresponde à diferença entre todos os proveitos ou ganhos realizados e os custos ou perdas imputáveis ao exercício em apreço, eventualmente corrigidos nos termos do Código do Imposto Industrial.

- Imposto de Selo

O Imposto de Selo incide sobre vários actos e factos tributários, a diferentes taxas, sendo liquidado pela Sociedade nas situações em que assume a posição de sujeito passivo, independentemente de o encargo recair ou não sobre si. Tendo em conta o Código do Imposto do Selo actualmente em vigor, recentemente revisto pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 3/14, de 21 de Outubro, é de destacar o Imposto de Selo nas seguintes situações com impacto na actividade da Sociedade: i) arrendamento de imóveis a terceiros, às taxas de 0,1% ou 0,4%, consoante o tipo de arrendamento, ii) garantias prestadas a terceiros, às taxas de 0,3%, 0,2% ou 0,1%, consoante o prazo da garantia, iii) recibos de quitação pelo efectivo recebimento de créditos resultantes do exercício da actividade comercial ou industrial, à taxa de 7%, e iv) actos societários, à taxa de 0,1%.

- Imposto Especial de Consumo

Este imposto incide sobre determinados serviços contemplados no Regulamento do Imposto Especial de Consumo, revisto pela Lei nº. 8/19, de 24 de Abril. As taxas variam de 2% aos 19%, sendo este imposto liquidado e entregue nos cofres do Estado pelo prestador de serviços, pese embora o encargo do mesmo recaia, regra geral, sobre o beneficiário dos serviços.

- Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC)

O IAC incide, genericamente, sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras da Sociedade. A taxa varia entre 5% (no caso de juros pagos relativamente a títulos de dívida pública que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) e 10% nos restantes casos, sendo retido na fonte pelas instituições bancárias nas quais as aplicações são efectuadas.

Adicionalmente nos termos do artigo 18º do código do imposto industrial, não é aceite como gasto dedutível para efeitos de apuramento da matéria colectável o próprio IAC, bem como,

por outro lado, deduzir-se-ão para efeitos de apuramento do lucro tributável, os rendimentos sujeitos a IAC, conforme o disposto no artigo 47º do Código do Imposto Industrial.

- Imposto sobre o Valor Acrecentado

O IVA incide sobre a transmissões de bens ou uma prestação de serviços acessória a outra transmissão de bens ou prestação de serviços considera-se parte integrante da mesma. O foi aprovado pela Lei nº. 7/19 de 24 de Abril, a taxa de 14% (artigo 19º). O IVA é um imposto indireto, plurifásico de incidência ampla que abrange de forma generalizada, as transmissões onerosas de bens, as prestações onerosas de serviços e as importações, abarcando pontos de produção, distribuição e comercialização.

- Impostos diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar ou a pagar em exercícios futuros resultantes de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor dos activos e passivos no balanço e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Em 31 de Dezembro de 2021, o Conselho de Administração regista passivos por impostos diferidos em resultado das potenciais mais-valias cambiais dos títulos indexados.

5.2.3 Principais estimativas na aplicação das políticas contabilísticas

As contas da Sociedade integram estimativas realizadas em condições de incerteza, que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento de forma a apurar a estimativa adequada.

O Conselho de Administração considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem:

- Provisões para outros riscos e encargos;
- Impostos sobre os lucros; e
- Benefícios a colaboradores.

Notas aos Balanços

4. Imobilizações corpóreas

4.1 Composição

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica tem a seguinte composição:

| Descrição | Valores expressos em milhares de Kwanzas | | |
|-------------------------------|--|-------------|-------------------------|
| | 2022 | Valor Bruto | Amortizações Acumuladas |
| Obras em edifícios arrendados | 4 538 | (908) | 3 630 |
| Equipamento de transporte | 61 967 | (49 083) | 12 885 |
| Equipamento administrativo | 5 363 | (3 368) | 1 995 |
| Total | 71 868 | (53 359) | 18 510 |

| Descrição | Valores expressos em milhares de Kwanzas | | |
|-------------------------------|--|-------------|-------------------------|
| | 2021 | Valor Bruto | Amortizações Acumuladas |
| Obras em edifícios arrendados | 4 538 | (454) | 4 084 |
| Equipamento de transporte | 61 967 | (33 591) | 28 376 |
| Equipamento administrativo | 5 363 | (1 734) | 3 629 |
| Total | 71 868 | (35 779) | 36 089 |

4.2 Movimentos ocorridos no valor bruto durante o exercício

No quadro seguinte apresentam-se os movimentos ocorridos no valor bruto dos activos corpóreos, durante os exercícios de 2022 e 2021:

| Descrição | Valores expressos em milhares de Kwanzas | | |
|-------------------------------|--|----------|------------|
| | 31/12/2021 | Aumentos | 31/12/2022 |
| Obras em edifícios arrendados | 4 538 | - | 4 538 |
| Equipamento de transporte | 61 967 | - | 61 967 |
| Equipamento administrativo | 5 363 | - | 5 363 |
| Total | 71 868 | - | 71 868 |

No presente período não foram efectuados investimentos em imobilizações corpóreas, neste sentido, não foram verificadas variações no imobilizado bruto comparativamente ao exercício anterior.

4.3 Movimentos ocorridos durante o exercício nas amortizações acumuladas

No quadro seguinte apresentam-se os movimentos nas amortizações dos activos corpóreos durante os exercícios de 2022 e 2021:

| Descrição | 31/12/2021 | Valores expressos em milhares de Kwanzas | |
|----------------------------|------------|--|------------|
| | | Aumentos (Nota 29) | 31/12/2022 |
| Equipamento de transporte | 454 | 454 | 908 |
| Equipamento de transporte | 33 591 | 15 492 | 49 083 |
| Equipamento administrativo | 1 735 | 1 633 | 3 368 |
| Total | 35 780 | 17 579 | 53 359 |

5. Imobilizações incorpóreas

Para o exercício de 2022, as imobilizações incorpóreas da sociedade gestora já estão totalmente amortizadas e o seu é nulo, conforme apresenta o quadro seguinte:

| Descrição | Valores expressos em milhares de Kwanzas | | |
|---|--|----------------------------|---------------|
| | 2022 | | |
| | Valor Bruto | Amortizações Acumuladas | Valor Líquido |
| Sistemas tratamento automático de dados (Software) | 4 937 | (4 937) | - |
| Total | 4 937 | (4 937) | - |

7. Outros activos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de "Outros activos financeiros" tem a seguinte composição:

| Descrição | Valores expressos em milhares de Kwanzas | |
|--|--|------------------|
| | 2022 | 2021 |
| Investimento financeiro | | |
| Obrigações de tesouro em moeda nacional | 834 928 | 885 520 |
| Obrigações de tesouro indexadas ao dólar norte-americano | - | 186 422 |
| Total | 834 928 | 1 071 942 |

A carteira de "Títulos do SGFP" é composta actualmente por Obrigações do Tesouro emitidas pelo Estado Angolano, estando os títulos registados pelo custo de aquisição, sendo que a Sociedade realiza testes de imparidade de forma a verificar a sua recuperabilidade.

Durante o ano de 2022 ocorreu o vencimento de um título indexado ao dólar norte-americano adquirido em períodos anteriores, no valor de 186 422 milhares de kwanzas.

9. Contas a Receber

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 a rubrica tem a seguinte composição:

| Descrição | Valores expressos em milhares de Kwanzas | | | |
|-----------------------|--|---------------------|---------------------------|----------------------|
| | 2022 | | | 2021 |
| | Corrente | Não Corrente | Total | |
| | | Vencível até 5 anos | Vencível a mais de 5 anos | |
| Fundos sob gestão (a) | 12 469 | - | - | 12 469 6 575 |
| Estado | 43 253 | - | - | 43 253 38 389 |
| Pessoal | 158 | - | - | 158 283 |
| Total | 55 880 | - | - | 55 880 45 247 |

a) Fundos sob gestão

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 a rubrica apresenta a seguinte composição:

| Descrição | Valores expressos em milhares de Kwanzas | | | |
|----------------------|--|--------------|-------------|---------------|
| | 31/12/2021 | Aumentos | Diminuições | 31/12/2022 |
| Fundo BOR | 6 575 | 2 311 | - | 8 886 |
| Fundo Unitel,SA | - | 3 139 | - | 3 139 |
| Fundo MIMPET | - | - | - | - |
| Fundo 1-5-10 Por dia | - | 445 | - | 445 |
| Fundo ENE | - | - | - | - |
| Total | 6 575 | 5 895 | - | 12 469 |

10. Disponibilidades

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 a rubrica "Disponibilidades" tem a seguinte composição:

| Descrição | Valores expressos em milhares de Kwanzas | |
|------------------------------|--|----------------|
| | 2022 | 2021 |
| Depósitos a prazo (i) | 140 000 | 140 000 |
| Depósitos à ordem (ii) | 469 259 | 131 822 |
| Títulos negociáveis (Nota 7) | - | - |
| Total | 609 259 | 271 822 |

- (i) Em 2022 a Sociedade efectuou a renovação do Depósito a Prazo (constituído em 2021, junto do Banco Económico, S.A, no valor de 140 000 milhares de Kwanzas), com uma taxa de juro de 7%, que permitiu em 31 de Dezembro de 2022 um rendimento acumulado no montante de 14 449 milhares de Kwanzas, registado na rubrica "Resultados financeiros - Juros de aplicações de tesouraria" (Nota 31).
- (ii) Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de "Disponibilidades à Ordem" era integralmente constituída por depósitos à ordem, não remunerados, junto do Banco Económico, S.A.

11. Outros Activos Correntes

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 a rubrica "Outros Activos Correntes" apresenta a seguinte composição:

| Descrição | Valores expressos em milhares de Kwanzas | |
|---|--|----------------|
| | 2022 | 2021 |
| Proveitos a Facturar | | |
| Comissão de gestão do fundo | 259 567 | 57 813 |
| Juros | 36 078 | 36 078 |
| Subtotal | 295 645 | 93 891 |
| Encargos a repartir por exercícios futuros | | |
| Longo Prazo | - | 27 520 |
| Prémios de seguros | - | 9 820 |
| Subtotal | - | 37 340 |
| Outros valores a receber | 36 031 | - |
| Subtotal | 36 031 | - |
| Total | 331 677 | 131 231 |

- i) Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 a rubrica "Comissão de gestão do fundo" apresenta o valor a receber de comissões de gestão dos fundos, apresentando a seguinte composição:

| Descrição | Valores expressos em milhares de Kwanzas | |
|--|--|---------------|
| | 2022 | 2021 |
| Comissões | | |
| Comissão de gestão | 259 567 | 57 813 |
| Fundo de Pensões dos trabalhadores da UNITEL | 106 721 | 22 523 |
| Fundo de Pensões dos trabalhadores da ENE | 65 668 | - |
| Fundo de Pensões Besa Opções Reforma | 54 083 | 9 923 |
| Fundo de Pensões dos Trabalhadores do Ministerio dos Petróleos | 31 064 | 20 305 |
| Fundo de Pensões 1-5-10 Por dia | 2 031 | 5 062 |
| Total | 259 567 | 57 813 |

- ii) A rubrica de "Proveitos a facturar – Juros", inclui os juros a receber relativamente às Obrigações de Dezembro e Depósitos a Prazo, registados na rubrica "Disponibilidades" (Nota 10); e
- iii) A rubrica "Encargos a repartir por exercícios futuros – Longo Prazo", corresponde ao montante a pagar ao fornecedor Longo Prazo, referente à manutenção do sistema SGC.

12. Capital

Para dotar a Sociedade dos meios financeiros e margem de solvência necessários ao crescimento da sua actividade, em 5 de Setembro de 2018 a Assembleia Geral de Accionistas deliberou aumentar o capital de AOA 105 milhões para AOA 1.000 milhões, por subscrição reservada aos accionistas, integralmente realizada, sendo a estrutura accionista, à data de 31 de Dezembro de 2022, repartido da seguinte forma:

| Valores expressos em milhares de Kwanzas | | | | |
|--|---------------|------------------|-------------|--|
| Descrição | Nº de Acções | Valor Nominal | % | |
| Banco Económico, SA | 9 600 | 960 000 | 96% | |
| GNB-Gestão de Activos, SGPS, S.A | 370 | 37 000 | 4% | |
| Accionistas Individuais: | | | | |
| Ilídio Domingos das Matas Santos | 10 | 1 000 | 0,1% | |
| António Manuel Ramos da Cruz | 10 | 1 000 | 0,1% | |
| Atandel Josua Dombolo Chivaca | 10 | 1 000 | 0,1% | |
| Total | 10 000 | 1 000 000 | 100% | |

O exercício dos direitos de preferência foi integralmente realizado pelo accionista maioritário "Banco Económico, S.A." que exerceu os seus direitos de subscrição e os direitos não exercidos pelos restantes accionistas, nos termos estatutários, tendo aumentado a sua participação social de 64,0% para 96% do capital e correspondentes direitos de voto, por diluição das restantes posições accionistas.

Relativamente ao capital regulatório, nos termos do aviso 01/21 de 5 de Janeiro, a margem de solvência foi determinada de acordo com o modelo regulamentar 003/01/EGFP/ARSEG referente a 31 de Dezembro de 2022, ascendendo a 712 281 milhares de kwanzas considerado necessário para atingir os objectivos estratégicos da Sociedade Gestora.

13. Reservas

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 a rubrica "Reservas" apresenta a seguinte composição:

| Descrição | Valores expressos em milhares de Kwanzas | | | |
|---------------|--|----------|------------|-------------|
| | Saldo inicial | Aumentos | Diminuição | Saldo Final |
| Reserva legal | 24 090 | - | - | 24 090 |
| Total | 24 090 | - | - | 24 090 |

14. Resultados Transitados

Os movimentos ocorridos na rubrica de "Resultados Transitados" durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 foram os seguintes:

| Descrição | Valores expressos em milhares de Kwanzas | | | |
|---|--|---------|-------------|------------|
| | 31/12/2021 | Aumento | Diminuições | 31/12/2022 |
| Saldo inicial | 31 254 | - | (92) | 31 162 |
| Movimentos no período | | | | |
| Transferências dos resultados do ano anterior | - | 275 940 | - | 275 940 |
| Resultado Transitados | - | - | - | - |
| Acerto via Resultado Transitados | - | - | (100 201) | (100 201) |
| Impostos diferidos passivos | - | - | - | - |
| Total | 31 254 | 275 940 | (92) | 206 901 |

Em 31 de Dezembro de 2022, a Sociedade obteve um resultado líquido do exercício de 405 178 milhares de Kwanzas. Será proposto na Assembleia Geral de Accionistas a incorporação do resultado líquido do exercício do seguinte modo: (i) para Reserva Legal, 10% do resultado Líquido do ano no montante de 40 518 milhares de Kwanzas (Nota 13) e (ii) para resultados transitados o montante de 364 668 milhares de Kwanzas.

Conforme proposta aprovada na Assembleia Geral de 8 de Agosto de 2022, a integralidade dos resultados do exercício anterior foi registado em resultados transitados para continuidade do negócio no exercício de 2022 (Nota 14).

16. Impostos diferidos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 a rubrica "Impostos diferidos" apresenta a seguinte Movimento:

| Descrição | 31/12/2021 | Valores expressos em milhares de Kwanzas | | |
|-----------------------------|------------|--|--------------------------|------------|
| | | Aumento (Nota 35) | Diminuições (Nota 35) | 31/12/2022 |
| Impostos diferidos passivos | 6 431 | - | - | 6 431 |
| Total | 6 431 | - | - | 6 431 |

18. Provisões para outros riscos e encargos

Os movimentos ocorridos nas provisões para riscos e encargos durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 foram os seguintes:

| Descrição | 31/12/2021 | Valores expressos em milhares de Kwanzas | | |
|--------------------------------|------------|--|-----------|------------|
| | | Dotações | Reversões | 31/12/2022 |
| Prov. p/ Imposto Consumo | 5 161 | - | - | 5 161 |
| Provisoes Imposto Predial | 5 043 | - | - | 5 043 |
| Contribuições para Seg. Social | 2 445 | - | - | 2 445 |
| Provisão p/ Lei 7/97 | 1 126 | - | - | 1 126 |
| Contingências Fiscais | 310 | - | - | 310 |
| Total | 14 085 | - | - | 14 085 |

19. Contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 a rubrica tem a seguinte composição:

| Descrição | Valores expressos em milhares de Kwanzas | | | | 2021 | |
|---------------------|--|---------------------|---------------------------|------------------|------------------|--|
| | 2022 | | | | | |
| | Corrente | Não Corrente | | | | |
| | | Vencível até 5 anos | Vencível a mais de 5 anos | Total | | |
| Outros credores (a) | (35 830) | - | - | (35 830) | (38 472) | |
| Estado (b) | (79 636) | - | - | (79 636) | (83 946) | |
| Pessoal | - | - | - | - | - | |
| Total | (115 466) | - | - | (115 466) | (122 418) | |

a) Outros credores

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 a rubrica apresenta a seguinte composição:

| Descrição | Valores expressos em milhares de Kwanzas | | | |
|------------------------|--|--------------|----------------|---------------|
| | 31/12/2021 | Aumentos | Diminuições | 31/12/2022 |
| Longo Prazo i) | 27 520 | - | (3 556) | 23 964 |
| ARSEG ii) | 5 484 | 778 | - | 6 262 |
| DotLupa, Lda. | - | 376 | - | 376 |
| CREDITORES | 2 228 | - | (600) | 1 628 |
| Outros valores a pagar | 3 240 | 360 | | 3 600 |
| Total | 38 472 | 1 513 | (4 156) | 35 830 |

O montante em dívida do fornecedor Longo Prazo, inclui os custos associados à manutenção do sistema SGC- Sistema de Gestão das Carteiras.

O montante em dívida à ARSEG corresponde à contribuição a liquidar junto da entidade reguladora, com base no Decreto Presidencial n.º 213/202 de 23 de Julho.

b) Estado

A rubrica de “Estado” em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 apresenta a seguinte composição:

| Valores expressos em milhares de Kwanzas | | |
|---|---------------|---------------|
| Descrição | 2022 | 2021 |
| Imposto sobre o rendimento do exercício (Nota 35) | 65 576 | 52 296 |
| Imposto a Regularizar | - | 27 541 |
| IRT - Trabalhadores independentes | 2 174 | 2 138 |
| Outros impostos | 11 887 | 1 971 |
| | 79 637 | 83 946 |

21. Outros passivos não correntes e contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 a rubrica tem a seguinte composição:

| Valores expressos em milhares de Kwanzas | | |
|--|---------------|---------------|
| Descrição | 2022 | 2021 |
| Encargos a pagar | | |
| Subsídio de férias | 15 457 | 15 052 |
| Mensualização RV | 467 | - |
| Outros custos administrativos i) | 62 178 | 67 061 |
| Subtotal | 78 102 | 82 113 |
| Proveitos a repartir por exercícios futuros | | |
| Títulos da dívida pública | - | - |
| Subtotal | - | - |
| Total | 78 102 | 82 113 |

Em 31 de Dezembro de 2022, a rubrica “Outros custos administrativos” inclui os custos associados com serviços de auditoria externa às Demonstrações Financeiras da Sociedade e dos respectivos Fundos, assim como de outros serviços de consultoria.

A rubrica “Mensualização RV” refere-se à especialização de prémios e/ou remunerações variáveis aos colaboradores e membros dos Órgãos Sociais da Sociedade, relativos ao respectivo desempenho durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 ou em anos anteriores. Para o exercício de 2022 não existiram remunerações variáveis sobre avaliação de desempenho a pagar pelo que o Conselho de Administração decidiu não constituir qualquer provisão.

Notas às Demonstrações de Resultados

24. Outros proveitos operacionais

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 a rubrica tem a seguinte composição:

| Descrição | Valores expressos em milhares de Kwanzas | |
|--|--|----------------|
| | 2022 | 2021 |
| Comissões | | |
| Comissão de gestão | | |
| Fundo de Pensões dos trabalhadores da UNITEL | 186 728 | 155 760 |
| Fundo de Pensões Besa Opções Reforma | 116 763 | 101 149 |
| Fundo de Pensões dos trabalhadores da ENE | 82 958 | 88 790 |
| Fundo de Pensões dos Trabalhadores do Ministerio dos Petróleos | 15 236 | 15 828 |
| Fundo de Pensões 1-5-10 Por dia | 4 117 | 4 159 |
| Total | 405 803 | 365 686 |

No caso dos Fundos i) Fundo de Pensões dos Trabalhadores de ENE - Empresa Nacional de Electricidade, EP e ii) Fundo de Pensões dos Trabalhadores do Ministério dos Petróleos, a comissão é calculada e paga anualmente. Relativamente ao Fundo de Pensões dos Trabalhadores da Unitel o valor da comissão é calculado anualmente, sendo o pagamento realizado trimestralmente. Para os fundos i) Fundo BESA Opções Reforma e ii) Fundo Pensões 1-5-10 Por Dia, o cálculo da comissão também é realizado anualmente, não obstante o pagamento ser feito mensalmente.

Os Fundos geridos pela Sociedade com referência a 31 de Dezembro de 2022 não cumpriram os limites definidos para aplicações financeiras em numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações no Mercado Monetário Interbancário, conforme definido na alínea g) do n.º 2 do artigo 12º do Decreto Executivo n.º 16/03, de 21 de Fevereiro, emitido pelo Ministério das Finanças, por falta de alternativas seguras no mercado.

Assim, com referência a 31 de Dezembro de 2022, os Fundos geridos pela Sociedade ultrapassaram o limite máximo de 70% para títulos do Estado e excederam o limite máximo de 20% do valor do Fundo para a detenção de depósitos em instituições de crédito em sociedades que estejam entre si ou com a Sociedade Gestora em relação de domínio ou de grupo, conforme definido na alínea b) do n.º 3 do artigo 12º do Decreto Executivo n.º 16/03, de 21 de Fevereiro, emitido pelo Ministério das Finanças.

É entendimento do Conselho de Administração da Sociedade que estes incumprimentos dos requisitos do artigo 12º do Decreto Executivo n.º 16/03 não colocam em causa a solvabilidade dos Fundos de Pensões, nem irão resultar em perdas para as demonstrações financeiras da Sociedade.

28. Custos com o Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 a rubrica apresenta a seguinte composição:

| Descrição | Valores expressos em milhares de Kwanzas | |
|------------------------------------|--|----------------|
| | 2022 | 2021 |
| Remunerações | | |
| Remuneração mensal | 75 771 | 71 854 |
| Remunerações adicionais | 18 173 | 18 987 |
| Subtotal | 93 943 | 90 841 |
| Encargos sobre remunerações | | |
| Obrigatórios | 7 716 | 7 591 |
| Facultativos | 10 297 | 18 470 |
| Subtotal | 18 012 | 26 061 |
| Pensões | 3 600 | 3 865 |
| Outras remunerações | 4 411 | 37 |
| Subtotal | 8 011 | 3 902 |
| Total | 119 967 | 120 804 |
| Nº colaboradores | 9 | 8 |

Em 2022, verifica-se uma ligeira redução nos "Custos com Pessoal" face ao registado em 2021, devido a redução dos Encargos sobre remunerações facultativos. Para as restantes componentes remuneratórias, não foram efectuadas alterações significativas face ao período anterior.

29. Amortizações

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 a rubrica “Amortizações” apresenta a seguinte composição:

| Descrição | Valores expressos em milhares de Kwanzas | |
|---|--|---------------|
| | 2022 | 2021 |
| Imobilizações corpóreas | | |
| Equipamento de transporte | 15 492 | 15 391 |
| Equipamento administrativo | 1 633 | 1 734 |
| Obras em edifícios arrendados | 454 | 454 |
| Subtotal | 17 579 | 17 579 |
| Imobilizações incorpóreas | | |
| Sistemas tratamento automático de dados (Software) | - | - |
| Subtotal | - | - |
| Total | 17 579 | 17 579 |

30. Outros custos e perdas operacionais

A rubrica de "Outros custos e perdas operacionais" em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 apresenta a seguinte composição:

| Descrição | Valores expressos em milhares de Kwanzas | |
|--|--|----------------|
| | 2022 | 2021 |
| Fornecimentos e serviços de terceiros | | |
| Auditória i) | 60 400 | 62 178 |
| Outros serviços especializados ii) | 1 843 | 37 592 |
| Consultoria iii) | 35 351 | 22 806 |
| Conservação e reparação | 3 688 | 6 808 |
| Rendas e Alugueres (iii) | 12 346 | 6 600 |
| Impressos e material de consumo | 5 206 | 5 206 |
| Deslocação e estadas | - | 3 785 |
| Seguros | 15 331 | 2 800 |
| Outros | 44 382 | 8 559 |
| Subtotal | 178 548 | 156 334 |
| Impostos | | |
| Impostos indirectos (v) | 10 298 | 12 561 |
| Impostos directos (v) | 3 062 | 9 950 |
| Subtotal | 13 360 | 22 511 |
| Contribuições ARSEG (Nota 19) | 6 280 | 5 484 |
| Subtotal | 6 280 | 5 484 |
| Total | 198 188 | 184 329 |

Em 31 de Dezembro de 2022, o saldo da rubrica "Outros custos e perdas operacionais" teve um acréscimo, considerando o aumento dos custos com serviços de consultoria e formação, bem como o aumento dos custos com rendas e alugueres.

Na sequência do quadro acima “Outros custos e perdas operacionais” destacamos algumas rubricas:

- (i) A rubrica “Auditorias” refere-se a custos com a prestação de serviços de auditoria às demonstrações financeiras da EFP-SGFP, S.A. e aos Fundos geridos pela Sociedade. A redução face ao exercício anterior, resulta de revisão de contratos de auditoria para o exercício em análise;
- (ii) A rubrica “Outros serviços especializados” referem-se a custos com a prestação de serviço de manutenção do aplicativo de gestão da carteira dos fundos, prestados pelo fornecedor Longo Prazo;
- (iii) A rubrica “Consultoria” refere-se essencialmente a custos com a prestação de serviço de apoio a contabilidade;
- (iv) A rubrica “Comissões” refere-se a despesas bancárias cobradas pelo banco, em função dos serviços prestados à sociedade gestora;
- (v) As rubricas “Impostos indirectos e directos” referem-se a todos os encargos suportados com os impostos, sendo nele agrupados os impostos de aplicação de capital, imposto de selo, pagamento de RENT, pagamento de imposto automóvel e impostos que incidem sobre os títulos aplicados e juros de rendimento de capital investido.

31. Resultados Financeiros

A rubrica de "Resultados financeiros" em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 apresenta a seguinte composição:

| Descrição | Valores expressos em milhares de Kwanzas | |
|--|--|----------------|
| | 2022 | 2021 |
| Proveitos e ganhos financeiros | | |
| Juros | | |
| De obrigações | 171 179 | 146 012 |
| De aplicações de tesouraria | 14 499 | 13 595 |
| Subtotal | 185 678 | 159 607 |
| Prémio/(desconto) de títulos | 32 245 | 57 782 |
| Diferenças de câmbios favoráveis e desfavoráveis | 2 760 | (4 761) |
| Vencimento de obrigações | - | - |
| Subtotal | 35 005 | 53 021 |
| Total | 220 682 | 212 628 |

- i) Em 2022, a Sociedade recebeu o montante de 171 179 milhares de Kwanzas em Juros de Obrigações;
- ii) Em 31 de Dezembro de 2022, o montante registado na rubrica Prémio/(desconto) deve-se à especialização do prémio de Obrigações de Tesouro a desconto.

33. Resultados Não Operacionais

Em 31 de Dezembro de 2022, o montante registado na rubrica "Resultados não operacionais" deve-se a acertos relativos a anos anteriores.

| Descrição | Valores expressos em milhares de Kwanzas | |
|--|--|----------|
| | 2022 | 2021 |
| Proveitos e ganhos financeiros | | |
| Reposição de Provisões | - | - |
| Ganhos em Existência | - | - |
| Correcções Relativas a Exercícios Anteriores | - | - |
| Outros Proveitos e Ganhos não Operacionais | 180 003 | - |
| Total | 180 003 | - |

34. Resultados extraordinários:

A rúbrica de “Resultados extraordinários” em 31 de Dezembro 2022 a 2021 apresenta seguinte composição:

| Descrição | Valores expressos em milhares de Kwanzas | |
|---|---|-----------------|
| | 2022 | 2021 |
| Proveitos e Ganhos Extraordinarios | | |
| Reversão da estimativa de contribuições a ARSEG (Nota 19) | - | 57 243 |
| Outros | - | 1 742 |
| Subtotal | - | 58 985 |
| Custos e Perdas Extraordinários | | |
| Multas | - | (10 230) |
| Subtotal | - | (10 230) |
| Total | - | 48 755 |

Neste período, não foram registados resultados extraordinários.

35. Imposto sobre o rendimento

A rubrica de "Imposto sobre o rendimento" em 31 de Dezembro de 2022 apresenta a seguinte composição:

| Descrição | Valores expressos em milhares de Kwanzas | |
|---|--|----------------|
| | 2022 | 2021 |
| Resultado contabilístico | 470 754 | 304 357 |
| A ACRESER | | |
| Amortizações excessivas (artigo 40.º) CII | - | 1 997 |
| Imposto sobre Aplicação de Capitais (artigo 18.º) CII | 3 361 | 20 627 |
| Multas e encargos sobre infracções (artigo 18.º) CII | 27 363 | - |
| Correcções relativas a exercícios anteriores e extraordinárias do exercício (artigo 18.º) CII | - | 10 230 |
| Variações patrimoniais positivas (artigo 13.º) CII | - | 32 142 |
| A DEDUZIR | | |
| Proveitos sujeitos a IAC (artigo 47.º) CII | 220 682 | 159 608 |
| Variações cambiais favoráveis não realizadas (artigo 13.º) CII | - | 560 |
| LUCRO TRIBUTÁVEL (PREJUIZO FISCAL) | 280 795 | 209 185 |

| | | |
|-------------------------|--------|--------|
| Taxa nominal de imposto | 25% | 25% |
| | 70 199 | 52 296 |

Deduções à colecta

| | | |
|---|---------------|---------------|
| Liquidações provisórias sobre as vendas (artigo 66.º) CII | 4 623 | 4 990 |
| TOTAL IMPOSTO A PAGAR | 65 576 | 47 306 |

| Descrição | Valores expressos em milhares de Kwanzas | |
|------------------|--|---------------|
| | 2022 | 2021 |
| Imposto diferido | - | 23 879 |
| Total | - | 23 879 |

40. Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, as entidades accionistas são as seguintes:

- Banco Económico, S.A.;
- GNB – Participações Internacionais, SGPS, S.A.; e
- Outros accionistas individuais (três pessoas singulares)

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, as outras entidades relacionadas são as seguintes:

- Económico Fundos de Investimento – SGOIC, SA
- Fundo de Pensões BESA Opções Reforma;
- Fundo de Pensões 1-5-10 Por Dia;
- Fundo de Pensões Unitel, SA;
- Fundo de Pensões dos Trabalhadores do Ministério dos Petróleos; e
- Fundo de Pensões dos Trabalhadores da Empresa Nacional de Electricidade, EP.

Em 2022 e 2021, o montante global de activos e passivos relativos a operações realizadas com partes relacionadas, tem a seguinte decomposição:

| | Valores expressos em milhares de Kwanzas | |
|------------------------------------|--|----------------|
| Descrição | 2022 | 2021 |
| Activo | | |
| Depósitos à ordem (Nota 10) | 469 259 | 131 822 |
| Outros activos correntes (Nota 11) | 359 768 | 57 813 |
| Total | 829 027 | 189 635 |

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de "Depósitos à ordem" incluía a totalidade dos depósitos junto do Banco Económico, S.A. (Nota 10).

A rubrica "Outros devedores", em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, inclui os montantes relativos às comissões de gestão a receber dos Fundos de Pensões geridos pela Sociedade (Nota 11).

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, o montante global de proveitos e custos realizadas com Partes Relacionadas, tem a seguinte decomposição:

| Descrição | Valores expressos em milhares de Kwanzas | |
|--------------------------------------|--|----------------|
| | 2022 | 2021 |
| Proveitos | | |
| Prestação de serviços (Nota 24) | 405 803 | 365 686 |
| Subtotal | 405 803 | 365 686 |
| Custos | | |
| Custo com pessoal (Nota 28) | - | - |
| Outros custos operacionais (Nota 30) | (2 276) | (4 843) |
| Subtotal | (2 276) | (4 843) |
| Total | 403 527 | 360 843 |

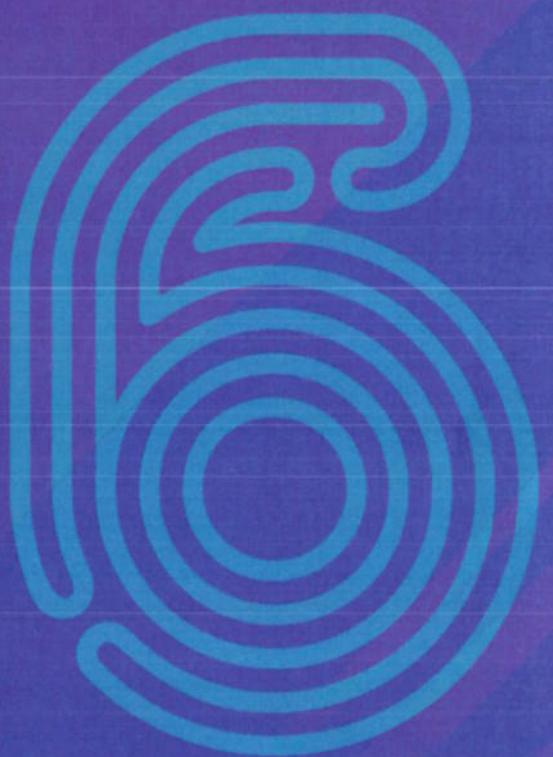
Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, a rubrica de "Prestação de Serviços" é relativa aos proveitos com as comissões de gestão cobradas aos Fundos de Pensões geridos pela Económico Fundo de Pensões – SGFP, S.A.

41. Outras informações consideradas relevantes

A Sociedade analisa os eventos ocorridos após a data de balanço, ou seja, os acontecimentos favoráveis e desfavoráveis que ocorram entre a data do fecho das demonstrações financeiras e a data de aprovação das mesmas. Consequentemente, podem ser identificados dois tipos de eventos:

- Que proporcionam prova de condições que existiam à data de balanço (dão lugar a ajustamentos);
- Sejam indicativos de condições que surgiram após a data de balanço (eventos após a data de balanço que não dão lugar a ajustamentos).

Com base em toda a informação disponível à data, o Conselho de Administração da Sociedade considera que se mantém adequado o pressuposto da continuidade das operações utilizado na preparação das demonstrações financeiras da Sociedade em 31 de Dezembro de 2022.



APROVAÇÃO DO
CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO

6. Aprovação do Conselho de Administração

6.1. Relatório de gestão e documentos de prestação de contas

O Conselho de Administração é responsável pela preparação, integridade e objectividade das Demonstrações Financeiras e demais informações contidas neste relatório.

Dentro das boas práticas de Governo Corporativo, o Conselho de Administração declara que não tem conhecimento de quaisquer aspectos que obstem a sua convicção que:

- A Sociedade dispõe de sistemas internos de controlo contabilístico e administrativo para assegurar que os respectivos activos sejam salvaguardados e que as respectivas operações e transacções sejam executadas e escrituradas em conformidade com as normas e procedimentos adoptados.
- As Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, auditadas e preparadas em conformidade com o normativo em vigor em Angola, dão uma imagem verdadeira e apropriada do Activo, Passivo, Fundos Próprios e Resultados da Sociedade.
- O Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, o desempenho e a posição financeira da Sociedade, em 2022.

6.2. Proposta de distribuição de Resultados

Nos termos da sua competência estatutária, o Conselho de Administração apresenta à Assembleia Geral a proposta de incorporação do Resultado Líquido do exercício de 2022, no valor de 405 178 milhares de Kwanzas:

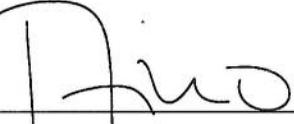
- Para Reserva Legal, o equivalente a 10% do Resultado Líquido do ano, no montante de 40 518 milhares de Kwanzas; e
- Para Resultados Transitados, o montante de 364 660 milhares de Kwanzas.

6.3. Nota de agradecimento

O Conselho de Administração manifesta o seu agradecimento pela confiança dos seus Clientes, Fornecedores e Accionistas, pela lealdade e dedicação dos seus Colaboradores e pela cooperação das Autoridades Governamentais e de Supervisão.

Luanda, 27 de Abril de 2023

O Conselho de Administração



Maria Alexandra Lino

Administradora Executiva



Desidério César Albano
Administrador não executivo



António Gaspar Cosme
Administrador não executivo



RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Ao Conselho de Administração da
Económico Fundo de Pensões – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.,

Introdução

1. Auditámos as Demonstrações Financeiras anexas da **Económico Fundo de Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.** (“Sociedade”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2022 que evidencia um total de 1.850.254 milhares de Kwanzas e um capital próprio de 1.636.169 milhares de Kwanzas, incluindo um resultado líquido de 405.178 milhares de Kwanzas, as Demonstrações dos Resultados e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas anexas.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação de modo apropriado destas demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação das demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Responsabilidade do Auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas Demonstrações Financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Essas Normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as Demonstrações Financeiras estão isentas de distorção material.
4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração da Sociedade, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.
5. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.



Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Económico Fundo de Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.** em 31 de Dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios geralmente aceites em Angola (Nota 2).

Ênfases

7. Sem afectar a nossa opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as seguintes situações:
- 7.1. Conforme divulgado na Nota 24 do anexo às demonstrações financeiras, os Fundos de Pensões geridos pela Sociedade, não se encontram a cumprir com um conjunto de limites mínimos e máximos referentes à estrutura das aplicações financeiras previstas no artigo 12º do Decreto Executivo nº16/03 de 21 de Fevereiro, emitido pelo Ministério das Finanças. É entendimento do Conselho de Administração da Sociedade que estes incumprimentos não colocam em causa a solvabilidade dos Fundos de Pensões, nem irão resultar em eventuais perdas e/ou contingências para as demonstrações financeiras da Sociedade.
- 7.2. As Demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 foram auditadas por um outro auditor, cujo relatório não modificado foi datado de 1 de Agosto de 2022.

Luanda, 27 de Abril de 2023

C&S – Assurance and Advisory, S.A.

Inscrita na Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola (OCPA) com o n.º E20180018

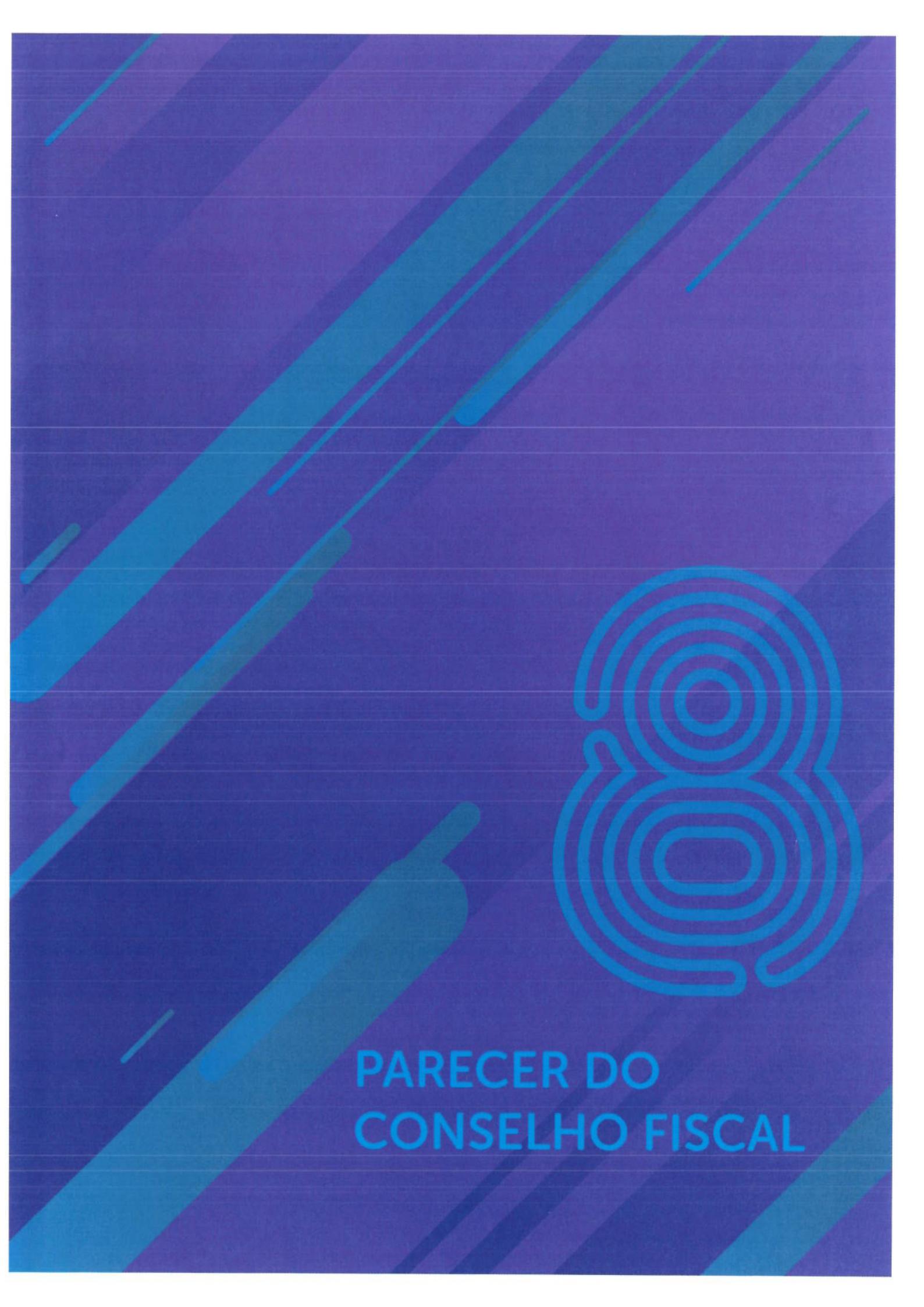
Registada na Comissão de Mercado de Capitais (CMC) com o n.º 001/AE/CMC/02-19

Representada por:

A blue ink signature of Henrique Manuel Camões Serra, followed by a horizontal line for a signature.

Henrique Manuel Camões Serra

(Perito Contabilista n.º 20130167)



PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DO ECONÓMICO FUNDO DE PENSÕES – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDO DE PENSÕES,

REFERENTE AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2022

Ao Conselho de administração do Económico Fundo de Pensões- Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, SA,

Nos termos do artigo 432º e 444º, da Lei 1/04, de 13 de Fevereiro – Lei das Sociedades Comerciais, e de acordo com os estatutos da Sociedade e do mandato que nos conferiram, o Conselho Fiscal vem por este meio apresentar o parecer sobre as Demonstrações Financeiras do Económico Fundos de Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. “Sociedade Gestora” relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022.

No âmbito da fiscalização do processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras, o Conselho Fiscal interagiu com o Auditor Externo para aferir o seu acesso a informação e a sua opinião sobre a qualidade dos registos contabilísticos, sistema informático, políticas contabilísticas e critérios valorimétricos, por forma a avaliar, com base no trabalho realizado pelo Auditor Externo, se as demonstrações financeiras do Económico Fundos de Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A, traduzem adequadamente a situação patrimonial, resultados e fluxos de caixa do Fundo. E sobre os mesmos, temos a emitir os seguintes comentários:

1. O Conselho de Administração da Sociedade Gestora, preparou as Demonstrações Financeiras, de acordo com os princípios contabilísticos consagrados em Angola para o sector dos Fundos de Pensões e pelo controlo interno que determina ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.
2. O conselho fiscal saúda a rotação do auditor externo, que consistiu na substituição da Deloitte pela C&S – Assurance and Advisory, S.A.
3. O Conselho Fiscal Tomou conhecimento e apreciamos o Relatório do Auditor Independente com Opinião e sem Reservas. Entretanto o Relatório apresenta algumas ênfases, cujo teor concordamos. As ênfases constantes no Relatório do Auditor Independente referem-se às seguintes matérias.
 - a) A primeira ênfase, conforme divulgado na Nota 24 do anexo às demonstrações financeiras, refere que os Fundos de Pensões geridos pela Sociedade, não se encontram a cumprir com um conjunto de limites mínimos e máximos referentes à estrutura das aplicações financeiras previstas no artigo 12º do Decreto Executivo nº16/03 de 21 de Fevereiro, emitido pelo Ministério das Finanças. É entendimento do Conselho de Administração da Sociedade que estes incumprimentos não colocam em causa a solvabilidade dos Fundos de Pensões, nem irão resultar em eventuais perdas e/ou contingências para as demonstrações financeiras da Sociedade.

- b) A segunda ênfase, referencia que as Demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 foram auditadas por um outro auditor, cujo relatório não modificado foi datado de 1 de Agosto de 2022.

4. Trabalhos de efectuados e bases da emissão do parecer:

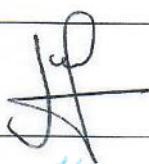
- a) A Demonstração dos resultados, o Balanço, a Demonstração dos fluxos de caixa, e o correspondente Anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Económico Fundos de Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., e dos seus respectivos resultados. Com base nos factos e por via das informações disponibilizadas, formulamos as opiniões seguintes:
- b) A acção da Direcção Geral pautou-se pelo respeito aos estatutos e pelas deliberações da Assembleia Geral e sobretudo, na observância do Decreto nº 82/2001 de 16 de Novembro que aprova o Plano Geral de Contabilidade, razão pela qual, as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados estão de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola, e são adequados por forma a assegurar que os mesmos conduzem a uma correcta avaliação do património e dos seus resultados;
- c) O Balanço em 31 de Dezembro de 2022 que evidencia um total de 1.850.254 milhares de Kwanzas e um capital próprio de 1.636.169 milhares de Kwanzas, incluindo um resultado líquido de 405.178 milhares de Kwanzas, as Demonstrações dos Resultados e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas anexas.

6. Nестes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração, bem como as conclusões constantes do Relatório do Auditor Independente, somos do parecer que:

- a) Sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;
- b) Seja aprovado a proposta de distribuição de resultados.

Finalmente, os membros do Conselho Fiscal expressam o seu reconhecimento e agradecimento pela colaboração prestada, ao Conselho de Administração, aos principais responsáveis da empresa e demais colaboradores e ao auditor externo

Luanda, 28 de Abril de 2023

| | |
|---|---|
| Dr. João Manuel António (Presidente) |  |
| Dra. Teresa Kussoka (Vogal) |  |
| Dra. Clotilde de Jesus Moreira (Vogal) |  |

